



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2008



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

ÍNDICE

A - CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

1.	Informações gerais de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: nome; CNPJ; natureza jurídica; vinculação ministerial; endereço; página na <i>internet</i> ; código e nome do órgão, das unidades gestoras e gestões no Siafi; norma de criação e finalidade da unidade; normas que estabelecem a estrutura orgânica da gestão sob exame; Regimento Interno ou Estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão; função de governo; tipo de atividade e situação da unidade (se em funcionamento, em liquidação/extinção, extinta no exercício).	4
2.	Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação.	5
2.1.	Identificação dos programas governamentais registrados no SIGPLAN, quando aplicável; e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas;	5
2.1.2.	Descrição do objeto geral, objetivos específicos e beneficiários;	21
2.1.2.1.	Outras Medidas Implementadas;	29
2.1.3.	Avaliação do resultado, indicando causas de sucesso e insucesso;	38
2.1.3.1.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas;	48
2.1.3.2.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso;	48
2.1.3.3.	Responsáveis pela implementação das medidas.	48
2.1.5.	Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e registradas no SIGPLAN, quando aplicável, e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas;	49
2.1.6.	Metas físicas e financeiras realizadas.	49
2.2.	Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exame nas contas;	49
2.2.1.	Descrição e tipo de indicador;	49
2.2.2.	Fórmula de cálculo e método de medição;	49
2.2.3.	Responsável pelo cálculo/medição;	49
2.2.4.	Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso.	49
2.2.4.1.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados;	53
2.2.4.2.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsáveis pela implementação das medidas.	53
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Quadro II.A.1.	54
4.	Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme Quadro II.A.2.	54
5.	Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme Quadro II.A.3, além de outras informações que julgar necessárias.	54
6.	Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se	54



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

	destinarem.	
7.	Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, contendo as informações abaixo, além de outras informações que se fizerem necessárias.	54
8.	Informações sobre Renúncia Tributária, conforme modelo dos Quadros II.A.5 a II.A.11	54
9.	Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme modelo no Quadro II.A.12.	54
10.	Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos	54
11.	Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no período a que se refere o Relatório de Gestão, considerando o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios anteriores.	55
12.	Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.	55
13.	Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.	55
14.	Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.	58
15.	Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IVº do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5/12/2007, conforme modelo do Quadro II.A.13.	59
16.	Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	60

DECLARAÇÃO DO CONTADOR (INFORMAÇÕES CONTÁBEIS) 61

B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

1.	Manifestação acerca da observância às normas legais e regulamentares, pelos partidos políticos, na aplicação dos recursos que compõem o Fundo Partidário.	62
2.	Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15/12/2006.	66

C – ESCLARECIMENTOS RELATIVOS ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 3.697/2005 – TCU – 1ª CÂMARA 67



RELATÓRIO DE GESTÃO

A - CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

1. Informações gerais de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: nome; CNPJ; natureza jurídica; vinculação ministerial; endereço; página na internet; código e nome do órgão, das unidades gestoras e gestões no Siafi; norma de criação e finalidade da unidade; normas que estabelecem a estrutura orgânica da gestão sob exame; Regimento Interno ou Estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão; função de governo; tipo de atividade e situação da unidade (se em funcionamento, em liquidação/extinção, extinta no exercício).

1.1 – Nome completo do Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE/RS

1.2 – CNPJ: 05.885.797/0001-75

1.3 – Natureza jurídica: Órgão do Poder Judiciário Federal

1.4 – Vinculação: Justiça Eleitoral

1.5 - Endereço completo da sede: Rua Duque de Caxias, 350 – Centro – Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-280, Telefone: 51 32169408, Fax: 51 32169508

1.6 – Endereço na Internet: www.tre-rs.gov.br

1.7 – Código, nome da Unidade Gestora e gestão: 070021-TRE/RS-0001

1.8 – Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada: Decreto-Lei nº 7586/45. Prestação de atividade jurisdicional e administrativa na área eleitoral.

1.9 – Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Resolução TRE/RS nº 158/2006, publicada no DJ/TJ nº 3363, de 1º.06.06.

1.10 – Publicação do Regimento Interno da Unidade: Publicado no DJ/TJ nº 1265, de 09.12.97.

1.11 – Função de governo predominante: Judiciária

1.12 – Tipo de atividade: Jurisdicional

1.13 – Situação da Unidade: Em funcionamento



2. Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação, informando:

2.1. Identificação dos programas governamentais registrados no SIGPLAN, quando aplicável; e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Despesa Autorizada

A Lei Orçamentária Anual nº 11.647 de 24 de março de 2008, estimou a despesa e fixou a receita da União para o exercício financeiro de 2008 em R\$ 1.424.390.706.030,00 (um trilhão, quatrocentos e vinte e quatro bilhões, trezentos e noventa milhões, setecentos e seis mil e trinta reais) com destinação de R\$ 4.247.689.770,00 (quatro bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e setecentos e setenta reais) à Justiça Eleitoral. A despesa autorizada ao TRE/RS monta em R\$ 127.413.953,00 (cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e cinquenta e três reais).

Houve Provisão Líquida no valor de R\$ 12.392.837,00 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e sete reais), Créditos Suplementares no valor de R\$ 31.648.763,00 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e setecentos e sessenta e três reais) e Dotação Cancelada / Remanejada no valor de R\$ 375.132,00 (trezentos e setenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais), totalizando R\$ 171.080.421,00 (cento e setenta e um milhões, oitenta mil e quatrocentos e vinte e um reais).

- Despesa Realizada

A Despesa Realizada foi de R\$ 168.915.403,39 (cento e sessenta e oito milhões, novecentos e quinze mil, quatrocentos e três reais e trinta e nove centavos).

A utilização dos recursos orçados em 2008 foi de 98,73 %. Este resultado reflete a permanente preocupação da Secretaria de Orçamento e Finanças e da Administração do TRE como um todo, no tocante à parcimoniosos e equilibrados gastos com o dinheiro público.



PROGRAMA: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Finalidade: Garantir uma remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

PROGRAMA DE TRABALHO: 09.272.0089.0396.0001

Finalidade: Garantir uma remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

Fonte – 0100000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

O TRE recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 6.835.289,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais), e inscreveu em restos a pagar R\$ 123.273,12 (cento e vinte e três mil, duzentos e setenta e três reais e doze centavos), para atendimento da despesa com aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais e despesas de exercícios anteriores, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.01	1.129.168,18	1.129.168,18		
3190.08	24.363,49	24.363,49		
3190.92	5.681.757,33	5.681.757,33		123.273,12
TOTAL	6.835.289,00	6.835.289,00	0,00	123.273,12

Fonte – 0151000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 27.564,00 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), sendo totalmente gasto, para atendimento da despesa com aposentadorias, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.01	27.564,00	27.564,00		
TOTAL	27.564,00	27.564,00	0,00	0,00

Fonte – 0156000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Crédito orçamentário recebido no valor de R\$ 10.735.316,00 (dez milhões, setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezesseis reais), deste houve gasto de R\$ 10.727.243,54 (dez milhões, setecentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), e sobra de R\$ 8.072,46 (oito mil, setenta e dois reais e quarenta e seis centavos) para atendimento da despesa com aposentadorias e pensões, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.01	7.840.963,49	7.832.891,03	8.072,46	
3190.03	2.894.352,51	2.894.352,51		
TOTAL	10.735.316,00	10.727.243,54	8.072,46	0,00



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Fonte – 0169000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 14.094.548,00 (catorze milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais), sendo totalmente gasto para o atendimento da despesa com aposentadorias e pensões, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.01	10.759.104,82	10.759.104,82		
3190.03	3.335.443,18	3.335.443,18		
TOTAL	14.094.548,00	14.094.548,00	0,00	0,00

Fonte – 0300000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo totalmente gasto para atendimento de despesas de exercícios anteriores, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.92	300.000,00	300.000,00		
TOTAL	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00

Houve a utilização de 99,96% da dotação autorizada para o pagamento dos inativos e pensionistas que receberam os seus proventos e pensões conforme cronograma estabelecido pelo TSE para o exercício de 2008.

Meta física prevista: 140

Meta física realizada: 145

A variação da meta física, no período, ocorreu devido ao falecimento de 02(dois) servidores ativos e saldo de 03 (três) novas aposentadorias.

Meta financeira prevista: R\$ 31.992.717,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 31.984.644,54



PROGRAMA: GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Finalidade: Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional.

PLEITOS ELEITORAIS

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0570.4269.0001

Finalidade: Viabilizar o processo eleitoral mediante ações destinadas a prover os órgãos da Justiça Eleitoral de recursos tecnológicos e logísticos necessários à realização das eleições presidenciais, estaduais e municipais, ao cadastramento/recadastramento eleitoral e revisão/manutenção do cadastro eleitoral.

Fonte - 0100000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Para a realização das Eleições 2008, este Tribunal recebeu dotação em Pessoal e Encargos Sociais o valor correspondente a R\$ 5.700.359,00 (cinco milhões, setecentos mil, trezentos e cinquenta e nove reais), conforme planejamento orçamentário encaminhado ao C.TSE do qual foi gasto R\$ 5.284.755,89 (cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), restando saldo de R\$ 415.603,11 (quatrocentos e quinze mil, seiscentos e três reais e onze centavos) para o atendimento da despesa com pessoal e encargos sociais dos servidores ativos, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.16	4.279.638,47	3.864.035,36	415.603,11	
3190.92	1.420.720,53	1.420.720,53		
TOTAL	5.700.359,00	5.284.755,89	415.603,11	0,00

Meta financeira prevista: R\$ 5.700.359,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 5.284.755,89

Conforme informações da Secretaria de Gestão de Pessoas, 682 servidores prestaram serviços extraordinários no período eleitoral. Os membros do Tribunal receberam R\$ 55.719,72, os servidores da Secretaria R\$ 1.201.985,65 e os servidores dos Cartórios Eleitorais R\$ 2.606.329,99.

O total gasto com serviços extraordinários no período de julho a dezembro de 2008 foi R\$ 3.864.035,36. O serviço extraordinário está baseado na Resolução TRE/RS nº 121/2000, em consonância com as determinações do TCU.

Por fim, informa-se que este Regional dispõe de ponto eletrônico, sendo a marcação feita em ponto biométrico para os servidores dos cartórios do interior e com cartão para os servidores da Capital.

Em Pessoal e Encargos Sociais foi gasto, ainda, o valor de R\$ 1.420.720,53 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, setecentos e vinte mil reais e cinquenta e três centavos) referente aos juros sobre diferença da alteração do divisor horas/extras – Despesas de Exercícios Anteriores, conforme determinação do Colendo TSE.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Fonte - 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 6.432.378,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e oito reais), do qual foi gasto o valor de R\$ 5.599.854,71 (cinco milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), restando saldo de R\$ 832.523,29 (oitocentos e trinta e dois mil reais, quinhentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), e inscritos R\$ 349.811,89 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e onze reais e oitenta e nove centavos) para atendimento da despesa, conforme segue:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.00	832.523,29		832.523,29	
3390.14	262.492,35	262.492,35		
3390.30	530.868,07	530.868,07		227.695,80
3390.33	463.311,82	463.311,82		
3390.36	51.827,00	51.827,00		
3390.37	25.813,18	25.813,18		
3390.39	4.185.091,71	4.185.091,71		122.116,09
3391.47	622,00	622,00		
3390.92	850,00	850,00		
3390.93	78.978,58	78.978,58		
TOTAL	6.432.378,00	5.599.854,71	832.523,29	349.811,89

Meta financeira prevista: R\$ 6.713.000,00

Meta financeira realizada: R\$ 5.599.854,71

A dotação possibilitou o pagamento de diárias (3390.14) decorrentes da realização de diversos treinamentos pertinentes às eleições, tais como: Instrução e Treinamento de Mesários, Treinamento sobre Normas e Sistemas de Prestação de Contas, Treinamento sobre Sistema de Registro de Candidaturas e Horário Eleitoral, Treinamento em Sistemas, Capacitação e Atualização dos Gerentes de Núcleo, Treinamentos em Aplicativos de Urna e Totalização.

Em material de consumo (3390.30) as principais despesas realizadas foram com impressos para as eleições, como listas de candidatos, cartilhas de instrução para mesários e cédulas eleitorais de uso contingente

Em Passagens e Despesas com Locomoção (3390.33), 8,85% foi gasto com aquisição de passagens aéreas para membros e servidores deste Tribunal e 91,15% da dotação destinou-se à locação de veículos para transporte de pessoas e pequenos volumes durante o período eleitoral.

A dotação no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390.36) satisfaz despesas com o pagamento de diárias a colaboradores eventuais, técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul que auxiliaram no exame dos processos de prestação de contas de candidatos e comitês financeiros referentes a campanha eleitoral de 2008 e com a locação de imóvel destinado ao depósito do material de propaganda irregular apreendida.

A despesa com a contratação dos serviços de transporte de pessoas e pequenos volumes e a despesa de transporte rodoviário de cargas no período eleitoral foram classificadas em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (3390.39), totalizando R\$ R\$ 373.512,94 (trezentos e setenta e três mil, quinhentos e doze reais e noventa e quatro centavos) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), respectivamente. Foram atendidas despesas com a prestação de serviços de coleta, recolhimento, e devolução de kits contendo urnas eletrônicas e cabinas de votação destinadas as seções eleitorais e mesas de justificativas na monta de R\$ 909.132,00 (novecentos e nove mil, cento e trinta e dois reais) e com os serviços de coleta, transporte e



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

entrega convencional e especial de convocações de mesários e secretários de prédios no valor total de R\$ 189.564,80 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

Com a contratação de serviços de fornecimento e entrega de vales alimentação para mesários e secretários de prédio que trabalharam nas eleições 2008 o total da despesa foi de R\$ 1.855.278,80 (um milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais). O valor facial de cada vale alimentação foi de R\$ 15,00 (quinze reais).

Ainda cabe destacar a contratação de empresa para a prestação de serviços de intermediação para a implementação de estágio curricular no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, cujo montante foi de R\$ 680.230,01 (seiscentos e oitenta mil, duzentos e trinta reais e um centavo).

Em Indenizações e Restituições (3390.93), a dotação foi destinada ao pagamento de despesas aos oficiais de justiça no cumprimento de mandados da justiça eleitoral, com indenização dos gastos de transporte para deslocamento de servidores por necessidade de serviço, com passagens aos técnicos do Tribunal de Contas do Estado que auxiliaram no exame dos processos de prestação de contas de candidatos e comitês financeiros referentes a campanha eleitoral de 2008 e com ajuda de custo a servidores envolvidos em eleições não oficiais.

O TRE envidou esforços no sentido de reduzir as despesas com a realização de pleitos eleitorais alcançando êxito na diminuição significativa de gastos com a convocação de mesários (de R\$ 770.000,00 para R\$ 189.000,00) e transporte de urnas (de R\$ 1.727.000,00 para R\$ 909.133,00). A expressiva economia na contratação da empresa responsável pelo transporte de urnas decorreu de mudança na forma de seleção da prestadora de serviços (licitação), até então, realizada de forma direta com a ECT.

4490.00 – Investimentos - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dos quais foram gastos R\$ 296.543,00 (duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais), restando saldo de R\$ 3.457,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais). Foram inscritos em restos a pagar R\$ 248.677,00 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais), para atendimento da despesa com material permanente.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
4490.00	3.457,00		3.457,00	
4490.52	296.543,00	296.543,00		248.677,00
TOTAL	300.000,00	296.543,00	3.457,00	248.677,00

Meta financeira prevista: R\$ 1.087.000,00 - Foram previstas aquisições de 20 notebooks (R\$ 90.000,00), 80 computadores (R\$ 280.000,00), 100 armários (R\$ 44.000,00), 200 cadeiras giratórias (R\$ 46.000,00), 200 estantes de aço (R\$ 38.650,00), 1 TV e 1 DVD para cada ZE (R\$ 173.000,00), além de 01 projetor de multimídia (R\$ 25.000,00). A dotação autorizada (R\$ 300.000,00) não permitiu a aquisição dos materiais permanentes que seriam alocados aos Cartórios Eleitorais.

Meta financeira realizada: R\$ 296.543,00

Do crédito autorizado foram utilizados 89,93% e apenas 18,68 % foi inscrito em Restos a Pagar para pagamento das despesas que não puderam ser liquidadas no decorrer do exercício por não terem sido apresentadas para a sua devida quitação.

As principais despesas foram com a aquisição de equipamentos de informática: R\$ 120.887,00 (cento e vinte mil, oitocentos e oitenta e sete reais) com aquisição de Core Switch R\$ 72.890,00 (setenta e dois mil, oitocentos e noventa reais) com storage, R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais) com servidores de rede, R\$ 19.488,00 (dezenove



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

mil, quatrocentos e oitenta e oito reais) em estabilizador de rede e R\$ 5.724,00 (cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais) com projetores multimídia .

Destaca-se que todas as necessidades de serviço foram atendidas, conforme haviam sido planejadas, sempre tendo em vista o menor desembolso de recursos aliado à melhor prestação de serviços públicos.

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.122.0570.09HB.0043

Finalidade: Assegurar recursos para o pagamento da Contribuição Patronal ao Regime de Previdência do Servidor Público Federal decorrente da criação e/ou provimento de cargos e funções, reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações constantes do Anexo específico da Lei Orçamentária de cada exercício, nos termos do parágrafo 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Fonte – 0100000000

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 14.630.134,00 (catorze milhões, seiscentos e trinta mil, cento e trinta e quatro reais), sendo gasto R\$ 14.614.353,13 (catorze milhões, seiscentos e catorze mil, trezentos e cinquenta e três reais e treze centavos), restando saldo de R\$ 15.780,87 (quinze mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) para atendimento da despesa com contribuição da União, de suas Autarquias – no Estado do Rio Grande do Sul.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3191.13	14.470.341,12	14.459.656,73	10.684,39	
3191.92	159.792,88	154.696,40	5.096,48	
TOTAL	14.630.134,00	14.614.353,13	15.780,87	0,00

Meta financeira prevista : R\$ 14.630.134,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 14.614.353,13

Do valor autorizado para o custeio da despesa com contribuição da União, de suas Autarquias – no Estado do Rio Grande do Sul, foi utilizado o percentual de 99,89%.

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.122.0570.2272.0001

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Fonte - 0100000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 92.035.808,00 (noventa e dois milhões, trinta e cinco mil, oitocentos e oito reais), gastou R\$ 91.989.416,71 (noventa e um milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e um centavos). Restou saldo de R\$ 46.391,29 (quarenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos), e inscreveu em restos a pagar o valor de R\$ 64.850,44 (sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), visando ao atendimento da despesa com pessoal e encargos sociais dos servidores ativos, assim discriminados:



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.08	20.657,23	20.657,23		
3190.11	90.026.399,53	90.018.801,26	7.598,27	
3190.13	2.825,00	2.661,14	163,86	
3190.16	609.403,55	608.937,19	466,36	
3190.92	1.343.022,69	1.308.775,33	34.247,36	64.850,44
3191.13	33.500,00	29.584,56	3.915,44	
TOTAL	92.035.808,00	91.989.416,71	46.391,29	64.850,44

Meta financeira prevista: R\$ 92.035.808,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 91.989.416,71

Situação do Quadro de Cargos Efetivos em Dezembro de 2008:

Quantitativo de Cargos Providos e Vagos em 31/12/2008			
Cargo	Criados	Providos	Vagos
Analista Judiciário – Administrativa	138	134	4
Analista Judiciário - Administrativa – Contabilidade	2	2	0
Analista Judiciário – Judiciária	163	151	12
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Análise de Sistemas	16	14	2
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Biblioteconomia	3	2	1
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Medicina	3	3	0
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Odontologia	2	2	0
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Psicologia	1	0	1
Analista Judiciário - Apoio Especializado – Taquigrafia	5	5	0
Técnico Judiciário – Administrativa	407	400	7
Técnico Judiciário - Administrativa - Artes Gráficas	3	3	0
Técnico Judiciário - Administrativa – Contabilidade	2	2	0
Técnico Judiciário - Administrativa - Eletricidade e Telecomunicação	3	2	1
Técnico Judiciário - Administrativa – Segurança	8	8	0
Técnico Judiciário - Administrativa – Transporte	5	5	0
Técnico Judiciário - Apoio Especializado – Digitação	8	8	0
Técnico Judiciário - Apoio Especializado – Enfermagem	1	1	0
Técnico Judiciário - Apoio Especializado – Operação de Computadores	18	18	0
Técnico Judiciário - Apoio Especializado – Programação de Sistemas	7	7	0
Auxiliar Judiciário – Serviços Gerais - Artes Gráficas	1	1	0
Total	796	768	28

Cargos Isolados	Ocupados
Membros	7
Procurador Regional Eleitoral	1
Juizes Eleitorais	173
Promotores Eleitorais	173

Fonte - 0300000000

3190.00 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 193.292,00 (cento e noventa e três mil, duzentos e noventa e dois reais), sendo totalmente gasto, visando ao atendimento da despesa com pessoal e encargos sociais dos servidores ativos, assim discriminados:



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3190.92	193.292,00	193.292,00		
TOTAL	193.292,00	193.292,00	0,00	0,00

Meta financeira prevista: R\$ 193.292,00
Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE
Meta financeira realizada: R\$ 193.292,00

Refere-se ao pagamento de despesas decorrentes da alteração de entendimento acerca da incidência da Vantagem Pecuniária Individual, prevista na Lei nº 10.698/2003 no terço de férias e na gratificação natalina.

Fonte - 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 7.426.301,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e um reais), dispendeu o valor de R\$ 7.122.461,19 (sete milhões, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), restou saldo de R\$ 303.839,81 (trezentos e três mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos), e inscreveu em restos a pagar R\$ 1.272.502,74 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e dois reais e setenta e quatro centavos), para atendimento da despesa com a manutenção do Órgão, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.00	101.072,74		101.072,74	
3390.14	64.569,90	64.569,90		
3390.30	607.405,23	574.885,61	32.519,62	117.981,46
3390.33	85.832,64	76.413,42	9.419,22	3.038,79
3390.36	969.060,63	916.502,76	52.557,87	3.906,83
3390.37	1.094.459,08	1.083.605,75	10.853,33	77.433,48
3390.39	4.410.784,45	4.326.229,43	84.555,02	1.058.099,69
3390.47	16.514,84	15.802,83	712,01	765,16
3390.92	3.892,49	3.042,49	850,00	1.500,00
3390.93	377,00	377,00		
3391.39	72.032,00	61.032,00	11.000,00	9.777,33
3391.47	300,00		300,00	
TOTAL	7.426.301,00	7.122.461,19	303.839,81	1.272.502,74

Meta financeira prevista: R\$ 7.426.301,00
Meta financeira realizada: R\$ 7.122.461,19

Em relação ao custeio da máquina administrativa foram utilizados 95,91% do crédito recebido. Todas as locações de imóveis necessárias ao atendimento dos serviços eleitorais neste Estado foram efetivadas, e, da mesma forma, as prestações de serviços indispensáveis ao adequado funcionamento da Justiça Eleitoral foram realizadas no exercício de 2008, conforme planejamento da área competente.

A despesa com diárias representou R\$ 64.569,90 (sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), abrangendo membros e servidores.

No elemento de despesa Material de Consumo foram gastos R\$ 21.377,47 (vinte e um mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos) em limpeza e conservação, R\$ 28.979,89 (vinte oito mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos) para manutenção dos prédios e seus equipamentos, R\$ 35.275,13 (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e treze centavos) com combustíveis, R\$ 219.793,33 (duzentos e



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

dezenove reais, setecentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos) com materiais necessários à manutenção e operação dos serviços administrativos, R\$ 5.873,70 (cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta centavos) com serviços gráficos, R\$ 14.418,64 (catorze mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos) para conservação e manutenção de máquinas e equipamentos, R\$ 53.884,88 (cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) para aquisição de softwares, R\$ 160.006,21 (cento e sessenta mil, seis reais e vinte e um centavos) para aquisição de materiais de processamento de dados e R\$ 35.276,36 (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos) em despesas miúdas de pronto pagamento executadas mediante suprimento de fundos.

Em despesas com Passagens e Locomoção (3390.33) foram gastos R\$ 17.972,14 (dezessete mil, novecentos e setenta e dois reais e catorze centavos) para deslocamento das autoridades, R\$ 52.832,64 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) para deslocamento dos servidores e R\$ 5.608,24 (cinco mil, seiscentos e oito reais e vinte e quatro centavos) com despesas para aquisição de passagens e serviços afins que exijam pronto pagamento em dinheiro por meio de Suprimento de Fundos.

No elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390.36) a despesa foi de R\$ 909.238,00 (novecentos e nove mil, duzentos e trinta e oito reais) com locação de imóveis e R\$ 7.264,76 (sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos) em despesas miúdas de pronto pagamento executadas mediante Suprimento de Fundos.

Com Locação de Mão-de-Obra (3390.37) gastou-se R\$ 483.726,41 (quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos) em despesas de limpeza e conservação, R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais) com vigilância, R\$ 107.220,13 (cento e sete mil, duzentos e vinte reais e treze centavos) com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e R\$ 26.659,21 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) em serviços de copeiragem.

Em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390.39) foram gastos R\$ 133.184,80 (cento e trinta e três mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) em serviços de água e esgoto, R\$ 675.398,14 (seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e catorze centavos) com energia elétrica, R\$ 12.767,82 (doze mil, setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos) em serviços de limpeza e conservação, R\$ 472.902,28 (quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e oito centavos) com locação de imóveis, R\$ 240.156,76 (duzentos e quarenta mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos) com manutenção predial, R\$ 581.330,37 (quinhentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta reais e trinta e sete centavos) com manutenção e conservação de bens imóveis, R\$ 679.856,36 (seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos) com serviços postais e publicações de editais e extratos de contratos no Diário Oficial do Estado, R\$ 127.552,59 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) em serviços gráficos e cópias reprográficas, R\$ 114.374,49 (cento e catorze mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) com manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, R\$ 468.633,71 (quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e um centavos) com serviços de telefonia e R\$ 118.491,56 (cento e dezoito mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos) com despesas de teleprocessamento. Por fim, foram gastos R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) com despesas de publicações de extratos e editais de contratos no Diário Oficial da União.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Fonte - 0150000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), o qual foi totalmente utilizado. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.730.044,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil, quarenta e quatro reais), para atendimento da despesa com a realização de Concurso Público, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.00	2.800.000,00			
3390.39		2.800.000,00		845.854,00
3390.93				1.884.190,00
TOTAL	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	2.730.044,00

Meta financeira prevista: R\$ 2.800.000,00

Meta financeira realizada: R\$ 2.800.000,00

Foi pago à empresa contratada para realização do Concurso Público o valor de R\$ 69.956,00 (sessenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e seis reais) e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 845.854,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais).

Também foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 1.884.190,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa reais) para atendimento da despesa com a devolução dos valores referentes às taxas de inscrição aos candidatos do Concurso Público - (pág. 48 -2.1.3.2. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso).

Fonte - 0100000000

4490.00 – Investimentos - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário de R\$ 1.247.690,00 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa reais), sendo gasto o valor de R\$ 1.243.042,91 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, quarenta e dois reais e noventa e um centavos), restando saldo de R\$ 4.647,09 (quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e nove centavos), e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 577.245,82 (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), para aquisição de equipamentos e material permanente.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
4490.00	3.875,03		3.875,03	
4490.52	1.243.814,97	1.243.042,91	772,06	577.245,82
TOTAL	1.247.690,00	1.243.042,91	4.647,09	577.245,82

Meta financeira prevista: R\$ 1.479.000,00

Meta financeira realizada: R\$ 1.243.042,91

No concernente à investimentos foi utilizado o percentual de 99,63%.

Em Equipamentos e Materiais Permanentes foram gastos R\$ 237.455,09 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e nove centavos) com aquisição de equipamentos de informática, R\$ 467.740,45 (quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) em bens móveis, R\$ 78.845,00 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) com aquisição de veículos e R\$ 459.002,37 (quatrocentos e cinqüenta e nove mil, dois reais e trinta e sete centavos), com diversos materiais permanentes para aparelhamento dos Cartórios Eleitorais do interior, tais como refrigeradores, fornos de microondas, cafeteiras elétricas, cofres eletrônicos e divisórias.



CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL **PROGRAMA DE TRABALHO: 02.128.0570.4091.0001**

Finalidade: Proporcionar aos integrantes do quadro do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza.

Fonte – 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

A este Tribunal foi destinado o crédito orçamentário de R\$ 424.161,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e sessenta e um reais), dos quais foram gastos R\$ 297.056,71 (duzentos e noventa e sete mil, cinqüenta e seis reais e setenta e um centavos). Restou saldo de R\$ 127.104,29 (cento e vinte e sete mil, cento e quatro reais e vinte e nove centavos), e foram inscritos em restos a pagar R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), para atendimento da despesa, assim discriminados:

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.00	127.104,29		127.104,29	
3390.14	21.374,00	21.374,00		
3390.33	33.199,31	33.199,31		
3390.36	7.660,00	7.660,00		
3390.39	207.227,19	207.227,19		3.600,00
3390.93	9.614,21	9.614,21		
3391.39	16.450,00	16.450,00		
3391.47	1.532,00	1.532,00		
TOTAL	424.161,00	297.056,71	127.104,29	3.600,00

Meta financeira prevista: R\$ 424.161,00

Meta financeira realizada: R\$ 297.056,71

Meta física prevista: 750 servidores capacitados.

Meta física realizada: 748 servidores capacitados.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.301.0570.2004.0001

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Fonte – 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Este Tribunal recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 2.250.226,00 (dois milhões, duzentos e cinqüenta mil, e duzentos e vinte e seis reais), do qual foi despendido R\$ 2.250.195,84 (dois milhões, duzentos e cinqüenta mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), restando saldo de R\$ 30,16 (trinta reais e dezesseis centavos). Houve a inscrição em restos a pagar de R\$ 2.107,80 (dois mil, cento e sete reais e oitenta centavos), para atendimento da despesa, assim discriminados:



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.30	10.369,22	10.360,31	8,91	2.107,80
3390.39	448.085,36	448.085,36		
3390.93	27.771,42	27.771,42		
3390.39	1.764.000,00	1.763.978,75	21,25	
TOTAL	2.250.226,00	2.250.195,84	30,16	2.107,80

Meta financeira prevista: R\$ 2.250.226,00

Previsão realizada pela Unidade Setorial - SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 2.250.195,84

De outra feita consigna-se, mais uma vez, que os valores aprovados foram insuficientes para o custeio integral do plano de saúde contratado para a assistência médica e hospitalar dos servidores, que complementam, mediante consignação em folha de pagamento, as quantias necessárias à manutenção do plano.

Acrescente-se, ainda, que todos os servidores que solicitaram o ingresso no plano e preenchiam as condições legais foram incluídos.

Meta física prevista: 1.529 pessoas beneficiadas.

Meta física realizada: 1.542 pessoas beneficiadas.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PROGRAMA DE TRABALHO: 02.306.0570.2012.0001

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Fonte – 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Recebido crédito orçamentário no valor de R\$ 4.873.246,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e seis reais), deste foi gasto R\$ 4.533.104,93 (quatro milhões, quinhentos e trinta e três mil, cento e quatro reais e noventa e três centavos). Restou saldo de R\$ 340.141,07 (trezentos e quarenta mil, cento e quarenta e um reais e sete centavos), objetivando o atendimento da despesa com auxílio-alimentação aos servidores.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.46	4.873.246,00	4.533.104,93	340.141,07	
TOTAL	4.873.246,00	4.533.104,93	340.141,07	0,00

Meta financeira prevista: R\$ 4.873.246,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 4.533.104,93

Do valor autorizado para o custeio do benefício relativo ao auxílio-alimentação, foi utilizado o percentual de 93,02%. Todos os servidores ativos que preencheram os requisitos legais foram atendidos.

Meta física prevista: 786 servidores beneficiados.

Meta física realizada: 776 servidores beneficiados.



AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.331.0570.2011.0001

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Fonte – 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Foi consignado o crédito orçamentário no valor de R\$ 170.868,00 (cento e setenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais). Houve o gasto de R\$ 135.137,72 (cento e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e setenta e dois centavos), restando saldo de R\$ 35.730,28 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta reais e vinte e oito centavos), para pagamento da despesa com auxílio-transporte aos servidores.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.49	170.868,00	135.137,72	35.730,28	
TOTAL	170.868,00	135.137,72	35.730,28	0,00

Meta financeira prevista: R\$ 170.868,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 135.137,72

Meta física prevista: 113 servidores beneficiados.

Meta física realizada: 106 servidores beneficiados.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.365.0570.2010.0001

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Fonte – 0100000000

3390.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Recebido crédito orçamentário no valor de R\$ 603.241,00 (seiscentos e três mil, duzentos e quarenta e um reais). Foram gastos R\$ 571.544,11 (quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e onze centavos). Restou saldo de R\$ 31.694,89 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos), com a finalidade de custear a despesa com assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores.

Natureza da Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	Crédito não utilizado	Restos a Pagar não proc.
3390.08	602.901,53	571.204,64	31.694,89	
3390.92	339,47	339,47		
TOTAL	603.241,00	571.544,11	31.694,89	0,00



**Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008**

Meta financeira prevista: R\$ 603.241,00

Previsão Realizada pela Unidade Setorial – SOF/TSE

Meta financeira realizada: R\$ 571.544,11

Do valor autorizado, foi utilizado 94,75% e todos os servidores com direito ao benefício foram atendidos.

Meta física prevista: 132 crianças atendidas.

Meta física realizada: 121 crianças atendidas.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

**PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS REGISTRADOS NO SIGPLAN, TRAZENDO
DOTAÇÃO/EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E METAS FÍSICAS:**

PROGRAMA / AÇÃO		ORÇAMENTO			META FÍSICA			
		ND	Autorizado (A)	Executado (B)	(B/A)	Prevista (C)	Executada (D)	(D/C)
0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (pessoa beneficiada / unidade)	31	31.992.717,00	31.984.644,54	1,00	140	145	1,04
4269	Pleitos Eleitorais	31	5.700.359,00	5.284.755,89	0,93	*	*	0,00
		33	6.432.378,00	5.599.854,71	0,87	*	*	0,00
		44	300.000,00	296.543,00	0,99	*	*	0,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias - No Estado do Rio Grande do Sul	31	14.630.134,00	14.614.353,13	1,00	*	*	0,00
2272	Gestão e Administração do Programa	31	92.229.100,00	92.182.708,71	1,00	*	*	0,00
		33	7.426.301,00	7.122.461,19	0,96	*	*	0,00
		44	1.247.690,00	1.243.042,91	1,00	*	*	0,00
2272	Gestão e Administração do Programa (Concurso Público)	33	2.800.000,00	2.800.000,00	1,00	*	*	0,00
4091	Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral (servidor capacitado / unidade)	33	424.161,00	297.056,71	0,70	750	748	1,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (pessoa beneficiada / unidade)	33	2.250.226,00	2.250.195,84	1,00	1.529	1.542	1,01
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (servidor beneficiado / unidade)	33	4.873.246,00	4.533.104,93	0,93	786	776	0,99
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (servidor beneficiado / unidade)	33	170.868,00	135.137,72	0,79	113	106	0,94
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (criança atendida / unidade)	33	603.241,00	571.544,11	0,95	132	121	0,92
TOTAL			171.080.421,00	168.915.403,39	0,99			

* Meta física não informada ou inexistente.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

2.1.2. Descrição do objeto geral, objetivos específicos e beneficiários;

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

SOCIEDADE E STAKEHOLDERS					
DESENVOLVER A IMAGEM INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RS.					
ESTRATÉGIA	OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
IDENTIFICAR A JUSTIÇA ELEITORAL.	1. CRIAR UMA IDENTIDADE VISUAL DA INSTITUIÇÃO.		GP	OBTER, ATÉ 2011, 50% DE IDENTIFICAÇÃO SATISFATÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.	NÚMERO DE AVALIAÇÕES COM NOTA SUPERIOR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE AVALIAÇÕES EM QUESTIONÁRIO SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL.
	2. DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ESCLARECIMENTO SOBRE HISTÓRIA, DIREITOS, LEGISLAÇÃO ELEITORAL, ATIVIDADE JURISCDIONAL E SEGURANÇA DO VOTO.		ASCOM		
	3. AMPLIAR / INSTITUCIONALIZAR PROJETOS TAIS COMO “CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL” E “PROJETO ELEITOR DO FUTURO”.		ASCOM		
DESENVOLVER PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.	1. IMPLEMENTAR AS PROPOSTAS APROVADAS.		DG	EFETIVAR, ATÉ 2011, 80% DAS AÇÕES PROPOSTAS PELO COMITÊ DE VALOR PÚBLICO E APROVADAS PELA ADMINISTRAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE AÇÕES PROPOSTAS E APROVADAS. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	2. IMPLEMENTAR E DIVULGAR O BALANÇO SOCIAL		DG		
AMPLIAR A INTEGRAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	1. LEVANTAR NECESSIDADES.		ASCOM	EFETIVAR PARCERIAS EM 10% DAS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO ELENCADAS ATÉ 2011.	NÚMERO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROPOSTAS DE CONVÊNIO
	2. MAPEAR INSTITUIÇÕES POTENCIALMENTE PARCEIRAS.		ASCOM		
	3. ELABORAR PROPOSTAS DE CONVÊNIOS.		ASCOM		
	4. CELEBRAR CONVÊNIOS.		ASCOM		
	5. ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO, OAB E MINISTÉRIO PÚBLICO NAS ATIVIDADES QUE A LEI DETERMINA.		CRE	ALCANÇAR A SEGUINTE PARTICIPAÇÃO, POR INSTITUIÇÃO, NAS ATIVIDADES DE ELEIÇÕES ATÉ 2011: > MPE – 60% > OAB OU DEMAIS ENTIDADES – 30% E > PARTIDO/COLIGAÇÃO – 60%	PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DE CADA INSTITUIÇÃO EM ATIVIDADES DE ELEIÇÕES, EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE ATIVIDADES DE ELEIÇÕES.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

SOCIEDADE E STAKEHOLDERS				
ESTRATÉGIA	APRIMORAR A ACESSIBILIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
APRIMORAR A OFERTA DE SERVIÇOS VIRTUAIS	1. MAPEAR SERVIÇOS JÁ EXISTENTES E OS QUE POSSAM SER DISPONIBILIZADOS.	COMITÊ INTRANET / INTERNET	OBTER, ATÉ 2011, 80% DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS VIRTUAIS.	TOTAL DE PESSOAS SATISFEITAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ACESSOS MEDIDOS MENSALMENTE.
	2. IMPLEMENTAR PETICIONAMENTO ELETRÔNICO.	STI		
	3. DISPONIBILIZAR DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO.	STI		
	4. DIVULGAR OS SERVIÇOS ON-LINE.	ASCOM		
APRIMORAR A OFERTA DE SERVIÇOS PRESENCIAIS E TELEFÔNICOS.	1. CRIAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO EXTERNO AO CARTÓRIO.	STI	OBTER, ATÉ 2011, 80% DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PRESENCIAIS E TELEFÔNICOS.	TOTAL DE PESSOAS SATISFEITAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ATENDIMENTOS ANUAIS POR MEIO DE PESQUISA.
	2. PADRONIZAR O ATENDIMENTO PRESENCIAL E TELEFÔNICO.	SGP		
	3. CRIAR CAMPANHAS DE ALISTAMENTO	ASCOM		
	4. VERIFICAR A ADEQUAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO.	CRE		
	5. PROPICIAR ATENDIMENTO ELETRÔNICO FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE.	SA		
	6. AMPLIAR E QUALIFICAR A OUVIDORIA.	DG		
	7. FACILITAR O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL.	SA		
	8. FACILITAR O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS LOCAIS DE VOTAÇÃO.	STI		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

PROCESSOS INTERNOS				
ESTRATÉGIA	APRIMORAR A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS MATERIAIS.			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
REVISAR A DISTRIBUIÇÃO DE ZONAS ELEITORAIS E TERMOS NO ESTADO.	1. MAPEAR DADOS ESTATÍSTICOS DAS ZONAS ELEITORAIS E TERMOS DO ESTADO.	STI	ELABORAR PROJETO DE REMANEJAMENTO DE ZONAS ELEITORAIS E TERMOS ATÉ O FINAL DE 2009.	NÚMERO DE FASES CUMPRIDAS DO PROJETO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FASES DO PROJETO.
	2. ELABORAR E ENCAMINHAR PROJETO DE REMANEJAMENTO AO PLENO.	CRE		
AMPLIAR MELHORIAS ESTRUTURAIS NAS ZONAS ELEITORAIS E SECRETARIA.	1. MAPEAR AS NECESSIDADES DAS ZONAS E DA SECRETARIA.	SA	ATENDER 70% DAS NECESSIDADES PRIORIZADAS DAS ZONAS ELEITORAIS E DA SECRETARIA ATÉ O FINAL DE CADA EXERCÍCIO.	NÚMERO DE PRIORIDADES CUMPRIDAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PRIORIDADES ESTABELECIDAS. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.
	2. ESTABELECEER PLANO DE PRIORIDADES.	SA		
	3. INCLUIR AS PRIORIDADES NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.	SA		
RACIONALIZAR O USO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS.	1. ELABORAR UM PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DE USO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, CONSIDERANDO O MELHOR CUSTO / BENEFÍCIO, ESTABELECENDO INDICADORES ESPECÍFICOS.	SA	IMPLANTAR UM PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DE USO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ATÉ O FINAL DE 2009.	NÚMERO DE FASES IMPLANTADAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE FASES DO PROGRAMA.
	2. AVALIAR A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE.	STI		
ESTRATÉGIA	PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES.			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
DISPONIBILIZAR NOVAS FERRAMENTAS DE APOIO A INTEGRAÇÃO.	1. IMPLEMENTAR AGENDA CORPORATIVA.	STI	CRIAR AGENDA CORPORATIVA ATÉ O FINAL DE 2008.	NÚMERO DE FASES CUMPRIDAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FASES DA AGENDA. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.
	2. AMPLIAR O USO DE SISTEMAS DE CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES, COMO SIMBA E CRONO.	STI		
APRIMORAR A INTERAÇÃO ENTRE AS UNIDADES	1. CRIAR CANAIS PARA APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS SERVIDORES E UNIDADES.	SGP	ATINGIR 100% DAS UNIDADES EM ATIVIDADES INTERATIVAS ATÉ 2011.	NÚMERO DE UNIDADES ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES INTERATIVAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE UNIDADES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	2. DAR REPRESENTATIVIDADE ÀS ZONAS ELEITORAIS EM COMISSÕES / COMITÊS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM PROJETOS QUE AS ENVOLVAM.	DG		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

PROCESSOS INTERNOS				
ESTRATÉGIA	ASSEGURAR UMA GESTÃO EFICIENTE DE PROCESSOS			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
APERFEIÇOAR OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA GARANTIR MELHOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.	1. APERFEIÇOAR CONTINUAMENTE A INFRAESTRUTURA DE TI (REDE) COM A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, PERMITINDO A DISPONIBILIZAÇÃO EFICIENTE DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ELEITORAL.	STI	IMPLANTAR O SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO ATÉ O FINAL DE 2010.	QUANTIDADE DE UNIDADES E ZONAS ELEITORAIS ATENDIDAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE UNIDADES E ZONAS ELEITORAIS. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	2. INSTALAR SISTEMAS PARA PROCESSO ELETRÔNICO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO.	STI		
IMPLEMENTAR A CULTURA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	1. ELABORAR PLANO PARA IMPLANTAR A POLÍTICA DE SEGURANÇA EM TODA A JUSTIÇA ELEITORAL.	STI	IMPLANTAR A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO ATÉ O FINAL DE 2011.	QUANTIDADES DE AÇÕES IMPLANTADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE AÇÕES PREVISTAS ATÉ 2011. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.
	2. ASSEGURAR A ATENÇÃO DEVIDA AOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NA ELEIÇÃO.	STI		
BUSCAR A MELHORIA CONTÍNUA DE PROCESSOS.	1. DESENVOLVER A CULTURA DE PROJETOS.	ASPLAN	1. CONCLUIR A IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS CORPORATIVO ATÉ O FINAL DE 2008.	1. QUANTIDADE DE PROJETOS REALIZADOS POR TRIMESTRE.
	2. CAPACITAR REPRESENTANTES DAS UNIDADES DA SECRETARIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS.	ASPLAN		
	3. DEFINIR E IMPLANTAR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS.	ASPLAN		
	4. IMPLANTAR OS PLANEJAMENTOS DENTRO DAS SECRETARIAS.	ASPLAN	2. DISSEMINAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ JULHO DE 2010.	2. NÚMERO DE UNIDADES QUE EXECUTAM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE UNIDADES ENVOLVIDAS. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.
	5. AMPLIAR A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO.	ASPLAN		
	6. MAPEAR PROCESSOS.	ASPLAN	3. IMPLEMENTAR, ATÉ 2011, A AVALIAÇÃO CONTINUADA DA GESTÃO POR MEIO DO INSTRUMENTO DE 1000 PONTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO (GESPÚBLICA).	3. PONTUAÇÃO DO GESPÚBLICA.
	7. ORGANIZAR BASES DE CONHECIMENTO.	ASPLAN		
	8. IMPLANTAR CICLOS DE PROCESSOS PARA MELHORIA CONTÍNUA.	ASPLAN		
	9. PROMOVER WORKSHOPS ENVOLVENDO SERVIDORES QUE PARTICIPEM DE UM MESMO PROCESSO	ASPLAN		
	10. DISSEMINAR A CULTURA DA QUALIDADE NA ORGANIZAÇÃO	ASPLAN		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO					
APRIMORAR A AVALIAÇÃO E AO ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS.					
ESTRATÉGIA	OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
	APRIMORAR INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS SERVIDORES.	1. IMPLANTAR FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DA CARREIRA. 2. INSTITUIR INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO BASEADO NA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.	STI SGP	OBTER, ATÉ 2009, 60% DE SATISFAÇÃO COM O NOVO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO.	NÚMERO DE AVALIAÇÕES COM NOTA 6 OU SUPERIOR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE AVALIAÇÕES EM QUESTIONÁRIO SOBRE O NOVO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	ORIENTAR OS PARTICIPES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO.	1. ORIENTAR, CAPACITAR E ACOMPANHAR TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO.	SGP	ORIENTAR 100% DOS PARTICIPES DO PROCESSO ATÉ FINAL DE MAIO DE 2008.	NÚMERO DE ENVOLVIDOS CAPACITADOS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ENVOLVIDOS. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.
DESENVOLVER NOS SERVIDORES A VISÃO SISTÊMICA					
ESTRATÉGIA	OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
	PROMOVER A INTERAÇÃO ENTRE SERVIDORES.	1. IMPLANTAR ESTÁGIO NAS UNIDADES. 2. APROVEITAR EVENTOS QUE IMPLIQUEM DESLOCAMENTO DE SERVIDORES PARA PROMOVER SUA INTEGRAÇÃO.	SGP SGP	PROPICIAR A 100% DOS SERVIDORES ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO ATÉ 2011.	NÚMERO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	PROMOVER A DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.	1. ELABORAR PROJETO DE DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS. 2. INFORMAR AOS SERVIDORES OS PROJETOS EM ANDAMENTO NO TRERS. 3. INSTITUIR MECANISMO DE PESQUISA PARA AFERIR O INDICADOR. 4. ORGANIZAR INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL E ESTIMULAR SEU ACESSO POR PARTE DOS SERVIDORES.	ASCOM ASCOM ASCOM	FAZER COM QUE AS INFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS PERTINENTES CHEGUEM A TODOS OS SERVIDORES ATÉ O FINAL DE 2008.	MÉDIA DA AVALIAÇÃO REALIZADA PELOS SERVIDORES SOBRE A CLAREZA, COMPREENSÃO E UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS. * O INDICADOR SERÁ TRIMESTRAL.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO				
ESTRATÉGIA	APRIMORAR POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO DAS PESSOAS.			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NA GESTÃO	1. INSTITUIR E ACOMPANHAR PROGRAMA DE SUGESTÕES E PREMIAÇÃO DA CRIATIVIDADE: MELHORES PRÁTICAS.	SGP	1. IMPLANTAR 100% DO PROGRAMA DE SUGESTÕES APROVADAS ATÉ DEZEMBRO / 2009.	NÚMERO DE SUGESTÕES IMPLANTADAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE SUGESTÕES APROVADAS DENTRO DO TRIMESTRE.
	2. INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS VOLUNTÁRIOS PARA PROPOR AÇÕES NO ÂMBITO DAS UNIDADES.	SGP	2. ATINGIR 15% DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRE EM GRUPOS DE ESTUDOS VOLUNTÁRIOS ATÉ 2011.	NÚMERO DE SERVIDORES ENVOLVIDOS EM GRUPOS DE VOLUNTÁRIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
PROSPECTAR E DESENVOLVER LIDERANÇAS.	1. FORTALECER PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL.	SGP	PROMOVER PELO MENOS UM EVENTO DE CAPACITAÇÃO POR CARGO DE CHEFIA ANUALMENTE.	NÚMERO DE SERVIDORES COM CARGO DE GERÊNCIA CAPACITADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES COM CARGO DE GERÊNCIA. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
DESENVOLVER POLÍTICA ORIENTADA À PROMOÇÃO DA SAÚDE E MELHORIA DO AMBIENTE DE TRABALHO.	1. INSTITUIR PROGRAMA DE MEDIÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL.	SGP	REALIZAR NO MÍNIMO UMA PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL A CADA 2 ANOS A PARTIR DE 2009.	NÚMERO DE SERVIDORES QUE RESPONDERAM A PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	2. INSTITUIR PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL.	SGP	ESTABELECER, ATÉ DEZEMBRO DE 2008, O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DO SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL.	NÚMERO DE SERVIDORES QUE ADERIRAM AO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO				
ESTRATÉGIA	CONSOLIDAR A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
DESENVOLVER PLANO DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA	1. IMPLANTAR O PROJETO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.	SGP	CONCLUIR MAPEAMENTO INICIAL DE COMPETÊNCIAS JUNTO ÀS UNIDADES ATÉ FEVEREIRO DE 2008.	NÚMERO DE UNIDADES MAPEADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE UNIDADES. * O INDICADOR SERÁ MEDIDO EM FEVEREIRO DE 2008.
	2. INSTITUIR PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA.	SGP	INSTITUIR O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO À APOSENTADORIA (PPA) ATÉ DEZEMBRO DE 2008.	NÚMERO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DAS AÇÕES DO PPA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.
	3. PROMOVER E INCENTIVAR A INSTRUTORIA INTERNA EM TODAS AS UNIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL.	SGP	PROMOVER NO MÍNIMO 20% DOS CURSOS E/OU TREINAMENTOS PRESENCIAIS MINISTRADOS POR SERVIDORES DO QUADRO ATÉ O FINAL DE 2009	NÚMERO DE CURSOS E TREINAMENTOS PROMOVIDOS POR SERVIDORES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CURSOS E TREINAMENTOS MINISTRADOS. * O INDICADOR SERÁ SEMESTRAL.
	4. CRIAR BANCO DE INSTRUTORES			
	5. DESENVOLVER TÉCNICA E PEDAGOGICAMENTE O ENSINO A DISTÂNCIA	SGP	PRODUZIR, NO MÍNIMO 5% DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO POR METODOLOGIA DE EAD POR ANO.	NÚMERO DE EVENTOS DE EAD EM RELAÇÃO AO TOTAL DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO. * O INDICADOR SERÁ ANUAL.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PLANO ESTRATÉGICO TRE-RS QUADRIÊNIO 2008-2011

ORÇAMENTO				
ESTRATÉGIA	APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
OTIMIZAR O PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1. ESTABELECEER ANUALMENTE PLANO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO APROVADO	SOF	IMPLANTAR PLANO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MARÇO DE CADA EXERCÍCIO	PERCENTUAL ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO.
	2. ACOMPANHAR TRIMESTRALMENTE A EXECUÇÃO DEFINIDA NO PLANO DE EXECUÇÃO PARA O EXERCÍCIO	SOF		PERCENTUAL ANUAL DA EXECUÇÃO COM AÇÕES ESTRATÉGICAS.
IMPLANTAR POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	1. DISCUTIR COM AS UNIDADES ENVOLVIDAS AS PREMISSAS QUE NORTEARÃO ESSA POLÍTICA.	DG	DEFINIR A POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ATÉ O FINAL DE 2008.	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO POR TRIMESTRE.
	2. REALIZAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2010 COM BASE NA POLÍTICA DEFINIDA.	SOF	IMPLEMENTAR A POLÍTICA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.	
VIABILIZAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA NOVAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA EM PRÉDIO ÚNICO	1. GESTIONAR JUNTO AO TSE A OBTENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA PROJETOS DE AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO.	DG	OBTER ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DO TERRENO ATÉ O INÍCIO DE 2009. OBTER ORÇAMENTO PARA INICIAR A CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO EM 2 ANOS A PARTIR DA APROVAÇÃO DO PROJETO.	RELAÇÃO ENTRE O VALOR DA PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DO TERRENO / PROJETO / CONSTRUÇÃO E O VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO CORRESPONDENTE.
ESTRATÉGIA	IMPLANTAR POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.			
OBJETIVO	AÇÕES	RESP.	META	INDICADOR
DAR MAIOR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES RELEVANTES RELACIONADAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.	1. ELABORAR O PLANO DE DIVULGAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.	SOF	ESTABELECEER, ATÉ JULHO DE 2008, UM PLANO DE DIVULGAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO POR TRIMESTRE.



2.1.2.1. Outras Medidas Implementadas;

I - Racionalização de Recursos

a) Pregão Eletrônico

Durante o exercício de 2008, foram realizadas 74 licitações. Destas, somente 03 ocorreram na modalidade de Tomada de Preços, por se tratar de obras de engenharia. As restantes ocorreram na modalidade Pregão, sendo que 100% foram realizados na forma eletrônica, objetivando a celeridade e economicidade.

Em termos gerais, mediante realização de cálculos de médias dos percentuais de economia de todas as licitações realizadas na modalidade de Pregão, verifica-se que houve redução de 34,51% em relação aos preços de mercado.

Em algumas licitações constata-se redução de preços, em relação ao máximo aceitável, aproximando-se da média de 75%. Como exemplo, podemos citar o resultado dos seguintes Pregões:

PREGÃO N.º	ASSUNTO	(1) PESQUISA DE MERCADO – VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (EM - R\$)	(2) VALOR DA(S) PROPOSTA(S) APRESENTADA(S) ANTES DA FASE DE LANCES (EM - R\$)	(3) VALOR DA(S) PROPOSTA(S) OBTIDAS APÓS OS LANCES (EM - R\$)	ECONOMIA (%) ENTRE PREÇO DE PROPOSTA INICIAL (2) E FINAL (3)	ECONOMIA (%) ENTRE PREÇO DE MERCADO (1) E FINAL (3)
30/08	CLIPAGEM (SOMATÓRIO DOS VALORES TOTAIS DOS ITENS)	24.750,00	21.700,00	6.095,00	71,91%	75,37%
31/08	LOCAÇÃO DE BATERIAS. (VALOR UNITÁRIO MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE ESTIMADA)	43.919,50	14.237,50	9.979,00	29,91%	77,28%
52/08	SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS (VALOR TOTAL)	36.224,95	17.785,60	7.997,00	55,04%	77,92%
69/08	SEGURO DE VEÍCULOS (VALOR TOTAL)	11.326,82	7.777,88	2.630,00	66,19%	76,78%

b) Contexto Energético

Considerando que a despesa com energia elétrica do prédio-sede do TRE em 2008 representou 41% do total da despesa com energia elétrica da Justiça Eleitoral no Estado, no intuito de aprimorar o uso racional de energia elétrica, este Órgão executou, no exercício, a reforma do Quadro Geral de Baixa Tensão do prédio sede (QGBT), trabalho de alta complexidade técnica, que demandou um investimento direto de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) com previsão de retorno financeiro para um período máximo de 3



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

anos. Além deste benefício, as novas instalações proporcionam maior confiabilidade, menor quantidade de energia reativa desperdiçada, redução de interrupções do fornecimento de energia e dimensionamento da capacidade instalada mais adequado à atual demanda.

c) Distribuição de Materiais

A distribuição de materiais aos Cartórios Eleitorais localizados no interior do Estado foi realizada pelo meio de transporte mais econômico, selecionado em razão do peso, valor e distância dos destinatários.

No ano de 2008, as despesas com transportes ocorreram conforme segue:

Transportadora	R\$ 211.104,40
PAC	R\$ 14.915,55
SEDEX	R\$ 19.921,96

d) Uso das diversas modalidades de envio de correspondências

As correspondências, prioritariamente, foram enviadas por meio da modalidade mais econômica com vistas ao atendimento das diversas unidades e Cartórios Eleitorais, tais como, PAC para transporte de encomendas, alternativa ao uso do SEDEX, e o SEED para correspondências não urgentes endereçadas a Região Metropolitana, alternativa ao uso do AR, totalizando a despesa em R\$ 218.430,49.

No ano de 2008, as quantidades de correspondências enviadas foram:

SEDEX	3.143
Registrada	4.324
PAC	51
SEED SC	3.984
SEED CC	171
Simples	12.207
SEDEX 10	35

e) Modernização da frota de veículos

O valor foi empregado para aquisição de dois veículos no valor correspondente a R\$ 78.425,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), visando a dar continuidade a modernização da frota do TRE/RS, proporcionando maior segurança e menores custos com manutenção.

II - Melhoria da infra-estrutura predial

a) Investimentos em manutenção predial

Em decorrência da necessidade de melhorias estruturais nas instalações dos Cartórios e Secretaria foram investidos R\$ 915.067,74 (novecentos e quinze mil, sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), correspondendo a um aumento de 69,53% em relação ao exercício anterior.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

III - Medidas de Gestão

a) Cultura de Gestão

Escritório de Projetos da Corregedoria

Meta	Criar o Escritório de Projetos da Corregedoria	Justificativa: Unidade que possibilita melhorar a qualidade da condução dos projetos, estruturando e implantando processos e métodos de gestão; também acompanha os projetos e presta suporte às equipes nas funções de gestão, permitindo que os projetos atinjam os objetivos requeridos.
Implementada.		

Mapeamento dos processos e elaboração do Planejamento das Atividades da Corregedoria para o ano de 2009

Meta	Levantamento das atividades das Unidades da Corregedoria.	Justificativa: A consolidação visa a proporcionar às próprias Unidades o panorama de sua ação futura mais próxima. Assim, estabelecido o rol de atividades ordinárias a serem desenvolvidas, com periodicidade definida e/ou previsibilidade de ocorrência, bem como as extraordinárias, chega-se ao planejamento das atividades da Corregedoria.
Indicador	Levantamento das atividades por 100% das Unidades.	Justificativa: O levantamento por todas as Unidades da Corregedoria objetiva assegurar, a todos quantos nela integram, a eficiente gestão de processos e a busca de sua melhoria contínua, consabidas premissas da ação estratégica.
Cumprida.		

b) Programas de Gerenciamento da Secretaria de Gestão de Pessoas

Processo	Freqüência e Efetividade de Pessoal
Objetivo	Criar um programa de gerenciamento da efetividade dos Juizes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Servidores cedidos e requisitados não pertencentes ao Quadro de Pessoal do TRE-RS – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos das Zonas Eleitorais/SGRH-Zonas
Clientes	Corregedoria Regional Eleitoral / Secretaria de Gestão de Pessoas / Cartórios Eleitorais
Período	2006/2007/2008
Unidades envolvidas	Secretaria de Gestão de Pessoas / Secretaria de Tecnologia da Informação
Meta (nível de desempenho pretendido)	100%
Grau de execução (resultado alcançado)	90% (em 2007: 75%)
Justificativa	O programa está em fase de testes. Será implantado no ano de 2009.
Processo	Férias
Objetivo	Criar um programa de gerenciamento das férias, com marcação e alteração pelos servidores, via eletrônica, bem como anuência e acompanhamento informatizado pelas respectivas chefias das movimentações, com tratamento das informações pela Secretaria de Gestão de Pessoas.
Clientes	Todos os servidores
Período	2007/2008
Unidades envolvidas	Secretaria de Gestão de Pessoas / Secretaria de Tecnologia da Informação
Meta (nível de desempenho pretendido)	100%
Grau de execução (resultado alcançado)	100% (em 2007: 50%)



**Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008**

Justificativa	Programa implantado em 2008.
---------------	------------------------------



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

c) Prevenção em Saúde

Processo	Prevenção em Saúde
Objetivo	Orientar os servidores e seus familiares sobre questões referentes à melhoria de saúde e qualidade de vida, com alerta acerca das patologias mais frequentes, sugestão de medidas preventivas, com estímulo ao comparecimento periódico dos servidores à área médica.
Clientes	Todos os servidores
Período	2007/2008
Unidades envolvidas	Secretaria de Gestão de Pessoas
Justificativa	O objetivo foi incorporado à Perspectiva: Pessoas, aprendizado e crescimento.

d) Pessoas, aprendizado e crescimento

Perspectiva	Pessoas, aprendizado e crescimento
Objetivo	Desenvolver política orientada à promoção da saúde e melhoria do ambiente de trabalho.
Ação	Instituir programa de acompanhamento da saúde dos servidores do quadro de pessoal
Período	2008
Unidades envolvidas	Secretaria de Gestão de Pessoas
Meta (nível de desempenho pretendido)	Estabelecer, até dezembro de 2008, o programa de acompanhamento da saúde do servidor do quadro de pessoal (100%)
Indicador	Número de servidores que aderiram ao programa em relação ao total de servidores (anual)
Grau de execução (resultado alcançado)	100% : relativamente à meta pretendida; 25% : relativamente à evolução das ações pretendidas
Justificativa	Foi instituído o Programa de Acompanhamento da Saúde dos Servidores do TRE/RS - PASS - por intermédio de criação de comissão específica para tal fim, com apresentação do programa aos servidores do TRE durante a IV Semana do Servidor, em novembro de 2008. Quanto ao percentual de atingimento da meta, embora tenha havido a criação do programa, seus objetivos e ações propostos, quais sejam, medidas de promoção de saúde e melhoria do ambiente de trabalho que visam preservar a saúde dos servidores e minimizar o risco de acidentes no ambiente de trabalho, além de identificar e prevenir as doenças ocupacionais que mais atingem os servidores, minimizando custos relativos ao absenteísmo, aliados a políticas de Qualidade de Vida no Trabalho, não foram totalmente atingidos em vista de se tratar de um programa de atuação contínua, sempre ativo, na busca de suas metas. A cada exercício serão avaliadas as ações propostas e implementadas, revisando-se o grau de atingimento das metas respectivas. Este programa faz parte da perspectiva Pessoas, Aprendizado e Conhecimento, do Planejamento Estratégico do TRE/RS, substituindo o programa de Prevenção a Saúde. Relativamente ao indicador proposto, será reavaliado quando da promoção da Revisão do Planejamento Estratégico deste Regional.

Processo	Acompanhamento da carreira de servidores
Objetivo	Acompanhar os 512 processos de servidores em desenvolvimento na carreira
Clientes	Servidores em desenvolvimento na carreira
Período	2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	100 %
Grau de execução (resultado alcançado)	100 %



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Perspectiva	Pessoas, aprendizado e crescimento
Objetivo	Desenvolver plano de capacitação continuada
Processo	Gestão por Competências
Objetivo	Implantar a Gestão por competências no TRE-RS.
Clientes	Servidores do TRE-RS
Período	2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	Realizar o primeiro ciclo de avaliação da Gestão por Competências no âmbito do TRE-RS
Grau de execução (resultado alcançado)	100%

Perspectiva	Pessoas, aprendizado e crescimento
Objetivo	Prospectar e desenvolver lideranças
Processo	Capacitar gestores
Objetivo	Capacitar todos os gestores no biênio 2007/2008
Clientes	Gestores do TRE-RS
Período	2007/2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	1 curso no período para todos os gestores
Grau de execução (resultado alcançado)	96,72 %

Perspectiva	Pessoas, aprendizado e crescimento
Objetivo	Desenvolver plano de capacitação continuada
Processo	Ensino a distância
Objetivo	Oferecer curso de nível gerencial
Clientes	Gestores do TRE-RS
Período	2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	1 curso para o período
Grau de execução (resultado alcançado)	100 % (Módulo I – Administração Pública / Noções Gerais)

Perspectiva	Pessoas, aprendizado e crescimento
Objetivo	Aprimorar instrumentos de avaliação e acompanhamento do desempenho dos servidores.
Processo	Novo instrumento de avaliação de desempenho
Objetivo	Realizar pesquisa de nível de satisfação com novo instrumento de avaliação de desempenho
Clientes	Amostra com Chefias e servidores com avaliação em 2008.
Período	2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	Pesquisar 20% das chefias e servidores
Grau de execução (resultado alcançado)	100 %

Processo	Recadastramento, Mapeamento e Regularização da situação dos servidores não pertencentes ao quadro do tre, os quais prestam serviço à Justiça Eleitoral
Objetivo	Recadastrar, mapear e providenciar a regularização dos servidores lotados nos cartórios eleitorais do Rio Grande do Sul: estagiários, cargo em comissão e demais cedências irregulares.
Clientes	Cartórios Eleitorais do RS
Período total do projeto	2007 a 2009 – 100% PROJETO FINALIZADO
Período já informado	2007 – 60% DO PROJETO REALIZADO
Período analisado	2008 – 80% DO PROJETO REALIZADO
Unidades envolvidas	ASTECS – STI – COTEC – COPECS
Meta prevista para o ano de 2008: - Regularização das situações pendentes	60% (2007 20%) TOTAL: 80%



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

e) Convênios

Processo	Convênios
Objetivo	Firmar convênios com instituições de ensino para concessão de descontos em cursos de extensão, graduação e pós-graduação.
Clientes	Servidores do TRE-RS
Período	2008
Meta (nível de desempenho pretendido)	5
Grau de execução (resultado alcançado)	100%

f) Capacitação de Recursos Humanos

A Secretaria de Gestão de Pessoas, utilizando a dotação de Capacitação de Recursos Humanos, proporcionou treinamentos e cursos para 748 servidores do quadro de pessoal, sendo 44 realizados na forma presencial e 02 na modalidade EAD (ensino a distância).

A meta fixada, e devidamente cumprida, para o pleito de 2008, foi o treinamento de todos os servidores dos Cartórios Eleitorais.

g) Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral

Implantado o Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul (DEJERS), instituído pela Resolução TRE/RS nº 176/2008, destinado à publicação dos atos oficiais do Tribunal, anteriormente publicados no Diário de Justiça do Estado e Diário do Tribunal de Justiça. A primeira edição foi publicada no dia 08 de julho de 2008.

No ano de 2008, até sua respectiva implantação, foram gastos R\$ 432.850,00 (quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais) com publicações. A partir da utilização do Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral essas despesas não foram realizadas, resultando em grande economia no exercício.

h) “Fale com o TRE”

Canal de comunicação, disponibilizado para solicitação de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre concursos, estatísticas, título eleitoral, partidos políticos, filiação partidária, atividades cartorárias, registro de sugestões e reclamações sobre o site do TRE/RS.

i) Projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral”

O Projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral” foi alterado em 2008, sendo dividido em dois módulos, contendo, além do oferecimento de atividades nos moldes de 2007, a realização de um trabalho continuado em determinadas comunidades de Porto Alegre e região metropolitana.

Módulo 1: oferta permanente do serviço prestado, o qual é baseado em encontros únicos com escolas de ensino médio. Neste módulo foram desenvolvidas atividades audiovisuais, palestras e votações simuladas no Plenário do Tribunal ou em espaços oferecidos pela escola ou comunidade.

Módulo 2: o trabalho consistiu em encontros periódicos, com determinadas turmas de alunos selecionadas com base em critérios sociais, nos quais foram desenvolvidos conteúdos e atividades em espaços da comunidade (escolas, centros comunitários, órgãos públicos) e nas dependências do Tribunal.



j) Comitê Valor Público

Criado em 2007, com a finalidade de desenvolver políticas de responsabilidade social por recomendação do Conselho Nacional de Justiça,

Programas e Ações implementadas na Secretaria do TRE-RS no exercício de 2008.

I – Programa de Reciclagem de cartuchos de impressora: Celebrado convênio com a Lexmark Internacional do Brasil, objetivando o recolhimento de todos os cartuchos de toners, cilindros fotocondutores e cartuchos de tinta vazios (usados) da referida marca. A ação revela a preocupação da Justiça Eleitoral gaúcha em relação a preservação do meio ambiente, pois grande quantidade de material é encaminhada periodicamente à reciclagem, reduzindo a quantidade de lixo gerado.

II - Programa “Papel Social”: O projeto visa o reaproveitamento do papel utilizado nas atividades administrativas e judiciais como fonte de renda para as comunidades carentes, aliando à preservação do meio ambiente.

III - Reaproveitamento de materiais de informática na educação de jovens de baixa renda: Foi firmada parceria com o CESMAR-Centro Social Marista de Porto Alegre para acondicionamento de equipamentos de informática, a serem distribuídos em condições técnicas de uso a escolas públicas, bibliotecas e telecentros comunitários, com a finalidade de habilitar jovens da comunidade em manutenção de hardware, configuração e instalação de software.

IV - Reformulação de procedimentos e adaptações prediais (sede e anexos): Adequação de procedimentos e instalações visando tanto a acessibilidade quanto a preservação dos recursos naturais: Descontaminação e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes; Substituição de válvulas de descarga tipo Hydra; Aquisição de contentores para separação de resíduos; Instalação de piso podotátil (deficientes visuais) nas calçadas dos prédios sede e anexo.

Programas e Ações implementadas nas Zonas Eleitorais no exercício de 2008

I - Ação de Voluntariado (005ª ZE – Alegrete): Foi dado seguimento ao **Projeto "Ação de Voluntariado"**, que consiste na participação das atividades do grupo de voluntários denominado “Guerreiros do Bem” que beneficia a entidade “Moradia Transitória” (abrigo de crianças e adolescentes abandonados ou que sofreram perda ou suspensão do pátrio poder).

II - Ações Sociais (039ª ZE – Rosário do Sul): O Cartório Eleitoral de Rosário do Sul, a exemplo das ações realizadas no ano de 2007, participou dos seguintes projetos:

"Dia da Ação Voluntária" – apresentação das diferentes atividades prestadas pelos órgãos participantes, consistindo, no âmbito da Justiça Eleitoral, na ambientação dos futuros eleitores com a urna eletrônica e no esclarecimento de dúvidas.

"Dia da Solidariedade" – orientação à população sobre os serviços eleitorais com participação de outros órgãos.

"Dia da Ação Social" – projeto elaborado pelo Município para oferta de diversos serviços, dentre estes, a orientação aos eleitores, destinado principalmente aos residentes em áreas de difícil acesso.



"Ciclo de Palestras" – projeto elaborado pela Associação de Magistrados, Promotores, Servidores Públicos, Advogados, dentre outros, buscando a realização de eventos culturais na região.

III - Reciclagem de Material Descartado (109ª ZE – Tapera) : Doação de papéis e plásticos a duas escolas do município.

IV - Atendimento na Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS (124ª ZE - Alvorada) : Dando continuidade as ações de melhor acesso aos portadores de deficiência, o Cartório Eleitoral de Alvorada realizou o **Projeto "Atendimento na Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS"**. Foi disponibilizado vídeo prático para atendimento com a utilização da linguagem brasileira de sinais.

k) Suprimento de Fundos

Registra-se, inicialmente, que este Órgão não firmou o Termo de Adesão para a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, tendo em vista que os pagamentos das despesas realizadas para o atendimento das necessidades de serviço deste Regional não se coadunam com as disposições insertas na legislação aplicável à matéria. Posteriormente, a presidência do C. TSE. proibiu a utilização do referido cartão.

De outra parte, considerando a excepcionalidade das despesas que podem ser pagas por meio de suprimento de fundos foram expedidas diversas orientações para todas as Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Sul, no intuito de instruir os servidores acerca da adequada observância da legislação pertinente.

Demais disso, o roteiro para utilização excepcional do suprimento de fundos, elaborado pela SOF, está divulgado na página da Intranet deste Órgão, com o fito de servir como guia de consulta permanente a todos os usuários desta modalidade de pagamento.

l) Passivos relativos à URV

O Supremo Tribunal Federal, conforme mencionado nos Relatórios de Gestão anteriores, aprovou, administrativamente, no ano de 2000, o pagamento dos passivos relativos à URV aos seus servidores. Naquele ano, o TSE também estendeu, administrativamente, aos seus funcionários o respectivo direito e, desde então, a Justiça Eleitoral tem envidado esforços para amortizar a dívida mencionada.

No exercício de 2008, esta Secretaria realizou o pagamento dos valores correspondentes ao saldo dos juros dos passivos de URV dos servidores ativos, no valor de R\$ 101.560,48 (cento e um mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos).

Aos Membros, Juízes e Promotores Eleitorais também foi pago o valor de R\$ 340.791,04 (trezentos e quarenta mil, setecentos e noventa e um reais e quatro centavos) correspondentes ao saldo da URV, relativo aos meses de março e abril de 1994.

Aos inativos e pensionistas foi pago o correspondente à 73% dos juros da URV, no valor de R\$ 5.924.579,92 (cinco milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Ressalta-se que o pagamento do valor total de R\$ 6.366.931,44 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos) superou as expectativas fixadas para o exercício, tendo sido inscrito em Restos a Pagar uma pequena parcela relativa aos servidores falecidos.



**Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008**

O saldo devedor em 31.12.2008, correspondente à URV, neste TRE, devido aos Inativos e Pensionistas é de R\$ 2.207.000,00 (dois milhões, duzentos e sete mil), dependendo o seu pagamento de créditos aprovados pelo Congresso Nacional.

m) Cumprimento dos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

A publicação quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal foi realizada no prazo legal. Destaca-se, que o TRE-RS utiliza apenas 0,025704 % da Receita Corrente Líquida, enquanto o limite máximo permitido no artigo 20, I, II e III da LRF é de 0,044719 %. O limite prudencial determinado pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF é de 0,042483 %.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

2.1.3. Avaliação do resultado , indicando causas de sucesso e insucesso;

Acompanhamento da Execução do Plano Estratégico TRE-RS - 2008

TAREFA / AÇÕES	METAS	REALIZADO
SOCIEDADE E STAKEHOLDERS		42 %
DESENVOLVER A IMAGEM INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RS		5 %
Identificar a Justiça Eleitoral	Obter, até 2011, 50% de identificação satisfatória da Justiça Eleitoral.	5 %
Criar uma identidade visual da Instituição	Obter, até 2011, 50% de identificação satisfatória da Justiça Eleitoral.	5 %
APRIMORAR A ACESSIBILIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		42 %
Aprimorar a oferta de serviços virtuais	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços virtuais.	42 %
Mapear os serviços já existentes e os que possam ser disponibilizados	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços virtuais.	0 %
Disponibilizar Diário Oficial Eletrônico	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços virtuais.	100 %
Divulgar os serviços on-line	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços virtuais.	25 %
Aprimorar a oferta de serviços presenciais e telefônicos	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	41 %
Criar condições de atendimento externo ao Cartório	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	93 %
Criar campanhas de alistamento	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	0 %
Propiciar atendimento eletrônico fora do horário de expediente	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	10 %
Ampliar e qualificar a Ouvidoria	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	75 %
Facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos prédios da Justiça Eleitoral	Obter, até 2011, 80% de satisfação com os serviços presenciais e telefônicos.	75 %
PROCESSOS INTERNOS		57 %
APRIMORAR A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS MATERIAIS		100 %
AMPLIAR MELHORIAS ESTRUTURAIS NAS ZONAS ELEITORAIS E SECRETARIA		100 %
Mapear as necessidades das Zonas e da Secretaria	Atender 70% das necessidades prioritizadas das zonas eleitorais e da secretaria até o final de cada exercício.	100 %
Estabelecer plano de prioridades	Atender 70% das necessidades prioritizadas das zonas eleitorais e da secretaria até o final de cada exercício.	100 %
Incluir as prioridades na proposta orçamentária	Atender 70% das necessidades prioritizadas das zonas eleitorais e da secretaria até o final de cada exercício.	100 %
RACIONALIZAR O USO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS		100 %
Avaliar a utilização de software livre	Implantar um programa de racionalização de uso de materiais, equipamentos e serviços até o final de 2009.	100 %
PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES		63 %
Ampliar o uso de sistemas de cadastro e acompanhamento de atividades, como SIMBA e CRONO	Criar agenda corporativa até o final de 2008.	100 %



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

APRIMORAR A INTERAÇÃO ENTRE AS UNIDADES		75 %
Dar representatividade às Zonas Eleitorais em comissões/comitês da Justiça Eleitoral em projetos que a envolvam	Atingir 100% das unidades em atividades interativas até 2011.	75 %
ASSEGURAR UMA GESTÃO EFICIENTE DE PROCESSOS		42 %
IMPLEMENTAR A CULTURA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		100 %
Assegurar a atenção devida aos procedimentos de segurança na eleição	Implantar a política de segurança de informação até o final de 2011.	100 %
BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DE PROCESSOS		40 %
Desenvolver a cultura de projetos	Concluir a implantação de escritório de projetos corporativo até o final de 2008.	40 %
Justificativa: O não atingimento integral da referida ação deveu-se aos seguintes fatos: - A execução da ação "Desenvolver a cultura de projetos" estava diretamente ligada à execução das outras duas ações (vinculadas à mesma meta); - A execução das ações do Plano Estratégico sofreu interrupção temporária em função dos preparativos para o pleito.		
Capacitar representantes das unidades da Secretaria em gerenciamentos de projetos	Concluir a implantação de escritório de projetos corporativo até o final de 2008.	100 %
Definir e implantar o software de gerenciamento de projetos	Concluir a implantação de escritório de projetos corporativo até o final de 2008.	100 %
Implantar os planejamentos dentro das Secretarias	Disseminar o planejamento estratégico nas unidades da Justiça Eleitoral até julho de 2010.	40 %
Ampliar a utilização de indicadores de gestão	Disseminar o planejamento estratégico nas unidades da Justiça Eleitoral até julho de 2010.	40 %
Mapear processos	Implementar, até 2011, a avaliação continuada da gestão por meio do instrumento de 1000 pontos do programa nacional de gestão pública e desburocratização (gespública).	20 %
Implantar ciclos de processos para melhoria contínua	Implementar, até 2011, a avaliação continuada da gestão por meio do instrumento de 1000 pontos do programa nacional de gestão pública e desburocratização (gespública).	5 %
Disseminar a cultura da qualidade na organização	Implementar, até 2011, a avaliação continuada da gestão por meio do instrumento de 1000 pontos do programa nacional de gestão pública e desburocratização (gespública).	35 %
Promover workshops envolvendo servidores que participem de um mesmo processo	Implementar, até 2011, a avaliação continuada da gestão por meio do instrumento de 1000 pontos do programa nacional de gestão pública e desburocratização (gespública).	30 %
APRIMORAR A AVALIAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DAS PESSOAS		100 %
APRIMORAR INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS SERVIDORES		100 %
Implantar ferramenta de desenvolvimento e acompanhamento da carreira.	Obter, até 2009, 60% de satisfação com o novo instrumento de avaliação.	100 %
Instituir instrumento de avaliação baseado	Obter, até 2009, 60% de satisfação com o novo	100 %



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

na gestão por competências.	instrumento de avaliação.	
ORIENTAR OS PARTÍCIPES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO		100 %
Orientar, capacitar e acompanhar todos os envolvidos no processo de avaliação	Orientar 100% dos partícipes do processo até final de maio de 2008.	100 %
DESENVOLVER NOS SERVIDORES A VISÃO SISTÊMICA		47 %
PROMOVER A DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS		47 %
Elaborar projeto de disseminação das informações institucionais	Fazer com que as informações estruturais e conjunturais pertinentes cheguem a todos os servidores até o final de 2008.	0 %
Justificativa: Foi dada prioridade às ações já existentes em detrimento de novas propostas, incrementando instrumentos correntes, como o Informativo 7 Dias e a revista Primeira Via. Para o desenvolvimento das tarefas em sua totalidade seria necessária alocação extra de recursos humanos.		
Informar aos servidores os projetos em andamento no TRE-RS	Fazer com que as informações estruturais e conjunturais pertinentes cheguem a todos os servidores até o final de 2008.	70 %
Justificativa: Foi dada prioridade às ações já existentes em detrimento de novas propostas, incrementando instrumentos correntes, como o Informativo 7 Dias e a revista Primeira Via. Para o desenvolvimento das tarefas em sua totalidade seria necessária alocação extra de recursos humanos.		
Organizar informações essenciais da Justiça Eleitoral e estimular seu acesso por parte dos servidores	Fazer com que as informações estruturais e conjunturais pertinentes cheguem a todos os servidores até o final de 2008.	70 %
Justificativa: Foi dada prioridade às ações já existentes em detrimento de novas propostas, incrementando instrumentos correntes, como o Informativo 7 Dias e a revista Primeira Via. Para o desenvolvimento das tarefas em sua totalidade seria necessária alocação extra de recursos humanos.		
APRIMORAR POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO DAS PESSOAS		100 %
DESENVOLVER POLÍTICA ORIENTADA À PROMOÇÃO DA SAÚDE E MELHORIA DO AMBIENTE DE TRABALHO		100%
Instituir programa de acompanhamento da saúde dos servidores do quadro de pessoal	Estabelecer, até dezembro de 2008, o programa de acompanhamento da saúde do servidor do quadro de pessoal.	100 %
PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO		81 %
CONSOLIDAR A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES		78 %
DESENVOLVER PLANO DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA		77 %
Implantar o projeto de gestão por competências	Concluir mapeamento inicial de competências junto às unidades até fevereiro de 2008.	100 %
Instituir programa de preparação para aposentadoria	Instituir o Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA) até dezembro de 2008.	100 %
Desenvolver técnica e pedagogicamente o ensino a distância	Produzir, no mínimo 5% de eventos de capacitação por metodologia de EAD por ano.	100 %
ORÇAMENTO		100 %
APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		100 %
OTIMIZAR O PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		100 %
Estabelecer anualmente plano de execução do orçamento aprovado	Implantar plano de execução orçamentária até março de cada exercício	100 %
IMPLANTAR POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		100 %
Dar maior publicidade às ações relevantes relacionadas à Gestão Orçamentária	Estabelecer, até julho de 2008, um plano de divulgação da Gestão Orçamentária.	100 %



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Elaborar o plano de divulgação da Gestão Orçamentária	Estabelecer, até julho de 2008, um plano de divulgação da gestão orçamentária.	100 %
---	--	-------



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Eleições 2008 – Ações 2008

Eleições Oficiais 2008

Ação	Realizado
Previsão das quantidades de materiais e impressos a serem utilizados nas eleições municipais de 2008, para repasse às Secretarias de Administração e Orçamento e Finanças	100%
Elaboração de projeto básico para contratação de empresa para convocação convencional de mesários	100%
Adequação da composição dos núcleos de votação eletrônica para as eleições	100%
Definição dos núcleos e seus gerentes	100%
Cálculo de suprimentos para urnas eletrônicas	100%
Elaboração e execução do projeto para o fechamento do cadastro	100%
Elaboração e execução do projeto para registro de candidaturas	100%
Elaboração e execução do projeto para redução do tempo de apuração	100%
Elaboração e execução do projeto para a urna e sua logística	100%
Elaboração e execução do projeto para aplicação dos Sistemas Eleitorais	100%
Elaboração e execução do projeto para reunião de Chefes de Seção por meio de EAD	100%
Elaboração e execução do projeto para divulgação dos resultados	100%
Elaboração e execução do projeto gerenciamento da contratação de técnicos de urna	100%
Elaboração e execução do projeto de infra-estrutura de informática	100%
Elaboração e execução do projeto do Disque-Eleições	100%
Elaboração e execução do projeto de convocação de mesários	100%
Elaboração e execução do projeto de logística dos núcleos	100%
Elaboração e execução do projeto de prestação de contas	100%
Levantamento das necessidades e cálculo do quantitativo de técnicos de urna para o pleito	100%
Planejar estrutura de transmissão de dados das eleições nas Juntas Eleitorais de POA	100%
Planejar ambientes temporários para Prestação de Contas e Propaganda Eleitoral	100%
Planejar e executar o treinamento dos servidores dos Cartórios nos Sistemas Eleitorais	100%
Planejar a infra-estrutura e uso de sistemas de apoio para Votação Paralela	100%
Planejar estratégias de contingência para problemas com equipamentos/transmissão de dados	100%



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Ações 2008

Eleições Não-Oficiais

Ação	Realizado
Aprovação da nova Resolução TRE sobre procedimentos relativos às eleições parametrizadas (não-oficiais)	Prejudicado
Justificativa: O TRE decidiu não expedir uma resolução sobre os procedimentos para o empréstimo de urnas para eleições parametrizadas, pois já constam detalhados na Resolução TSE nº 22.685/07. Alguns aspectos serão incluídos no Manual de Procedimentos para Eleições Parametrizadas e no Contrato de Cessão de Urnas.	
Atualização do “Manual de Procedimentos para Eleições Parametrizadas” (não- oficiais), com base no texto da nova Resolução TSE	100%
Realização das eleições Parametrizadas (não-oficiais) solicitadas para o semestre	88%
Justificativa: A não realização de 100% das eleições parametrizadas (não oficiais) solicitadas deveu-se a desistência das requerentes e ao indeferimento do empréstimo das urnas eletrônicas para pleitos com candidato ou chapas únicos.	
Realização de eleições para Conselhos Tutelares	10
Realização de eleições para Comissões Internas de Prevenção de Acidentes no trabalho – CIPA	7
Realização de eleições para Subprefeituras	0
Realização de eleições para outras entidades (escolas, universidades, conselhos etc)	15

Manutenção do Cadastro Eleitoral

Ação	Realizado
Solução para problemas históricos nos lançamentos de restrições de direitos políticos (exclusões de condenações e extinção com pendência de multa)	90%
Justificativa: As exclusões de condenações ainda carecem de ajustes de sistemas por parte do Tribunal de Justiça.	
Receber 100% das restrições de direitos políticos enviadas pelo Tribunal de Justiça do RS por meio eletrônico	20%
Justificativa: As tratativas junto ao Tribunal de Justiça no âmbito da tecnologia da informação não lograram êxito e o assunto passou para a esfera das Corregedorias.	
Instruir os Cartórios e acompanhar o processamento das revisões de eleitorado de 2007	100%
Gerenciar o processamento de justificativas e faltosos da eleição 2008	100%

Manutenção das urnas

Manutenção Permanente

Ação	Realizado
Acompanhamento do contrato do TSE de postos de trabalho para técnicos de urna permanentes	Contínuo
Melhoria do acompanhamento do cadastro e conserto das urnas eletrônicas com defeito, inserindo nesse mecanismo os novos técnicos de urna permanentes	Contínuo
Conserto de urnas modelo 1998, 2000, 2002 e 2004 para utilização no pleito	100%
Verificação da possibilidade de implantação do sistema LOGUS (Controle de Urnas e Flash Cards) em todas as zonas do Estado	Não realizado
Justificativa: A não implementação do LOGUS deveu-se ao fato de o TSE não ter concluído o sistema.	

Técnicos temporários para 2008

Ação	Realizado
Acompanhamento do serviço contratado pelo TSE	100%



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Suprimentos

Ação	Realizado
Controle do recebimento e remessa de cartões de memória, baterias e bobinas para urnas eletrônicas	100%
Controle do recebimento e remessa de disquetes e lacres para urnas eletrônicas	100%

Distribuição das urnas

Ação	Realizado
Elaboração de projeto básico para contratação de empresa para distribuição e recolhimento de urnas	100%
Gestão do contrato de distribuição e recolhimento de urnas	100%
Remanejamento de urnas eletrônicas nas Zonas Eleitorais do Estado	100%
Remanejamento de urnas eletrônicas para reforço no segundo turno das eleições da Capital	100%

Gerenciamento de projetos

Ação	Realizado
Montar Escritório de Projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	100%
Difundir Metodologia de Gerenciamento de Projetos na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	100%

Aperfeiçoar comunicação interna

Ação	Realizado
Apresentação da estrutura de cada Coordenadoria e seus projetos específicos para toda a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	100%

Adoção de novas ferramentas

Ação	Realizado
Instalação e apresentação do DOTPROJECT – sistema de gerenciamento de projetos utilizado para o acompanhamento do plano de eleições do TRE e STI, assim como das ações estratégicas do TRE.	100%

Consolidar sistemas estratégicos

Ação	Realizado
Implantação do SADP3 (Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos) nas Zonas Eleitorais de Porto Alegre	100%
Implantação do novo Sistema PontoWeb ZE (coleta digital ou Ponto Biométrico)	100%
Implantação do sistema Desenvolvimento de Carreira - GEDES - ex Estágio Probatório (Controle de estágio probatório e avaliações por competências)	100%
Implantação do sistema DEJE – Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral na secretaria do TRE	100%
Instalação do módulo Gerador de Relatórios no Moodle	100%

Criar novas aplicações e propor alterações de rotina

Ação	Realizado
Sistema AdmInternet (Gerenciador de Informações na página da Internet TRE/RS)	100%
Sistema de Correição Nacional	100%
Sistema de gerenciamento de licitações do TRE-RS na Internet	90%
Justificativa: O sistema de gerenciamento de licitações foi finalizado em janeiro de 2009.	



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Sistema GestorWeb – internet	100%
Sistema de Acompanhamento das Eleições 2008 – SACOMPE	100%
Sistema de Acompanhamento dos Locais de Votação – SALVO	100%
Sistema para Emissão da Identificação Funcional dos Servidores	100%

Aperfeiçoar aplicações existentes

Ação	Realizado
Programação do Módulo Oracle do Acesso	30%
Justificativa: Os servidores foram realocados nos projetos GEDES (Sistema de Gestão de Desempenho, este sistema foi profundamente alterado em face de novos requisitos contidos em Resolução do TSE), SALVO (Sistema de Acompanhamento de Locais de Votação, sistema novo desenvolvido para cadastramento dos locais de Votação do Estado) e SACOMPE (Sistema de Acompanhamento das Eleições 2008, sistema novo desenvolvido para acompanhamento das Zonas no dia da Eleição, abrangendo o SOS Urnas e a Totalização), o que diminuiu a taxa de realização deste projeto.	
Desenvolver sistema SGRHWeb (Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos) em rails baseado na estrutura do SGRH-ZE (ex Migrar SGRHZE para rails)	95%
Justificativa: Não foi concluído o teste de aceite pelo usuário final do módulo de autoridades, impossibilitando a implantação de todo o sistema.	
Alterações nos processos do banco de dados da folha de pagamento a fim de obter o cálculo das gratificações de juízes, promotores e chefes de cartórios (não do quadro) a partir dos dados inseridos pelo SGRH-ZE	50%
Justificativa: Os servidores foram realocados nos projetos GEDES (Sistema de Gestão de Desempenho: este sistema foi profundamente alterado em face de novos requisitos contidos em Resolução do TSE) e GTELE2008 – Candidaturas, GTELE2008 - Mesários e GTELE2008 - Núcleos, o que diminuiu a taxa de realização deste projeto.	
Sistema Acessório ao SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias)	80%
Justificativa: O TSE suspendeu a implantação devido ao desenvolvimento de nova versão do sistema SGIP.	
Módulo dados Pendentes no sistema CODIP - Controle de Direitos Políticos	100%
Alterações no sistema Expedição para postagem SEED (Serviço Especial de Entrega de Documentos) e integração com SADP3	100%
Disponibilização em ambiente para treinamento dos sistemas CRONO (Sistema de Controle de Atividades), GEDES, SGRHWeb e CODIP	100%
Desenvolvimento de um novo console para EAD	60%
Justificativa: O desenvolvimento da ferramenta demandou o aprofundamento das pesquisas na Internet, motivo pelo qual a finalização desse console passou para o início de 2009.	
Desenvolvimento de um novo chat para ser usado nos cursos em EAD	40%
Justificativa: O trabalho de desenvolvimento de um novo chat foi suspenso por necessidades de priorizar outros módulos de maior importância, tais como o novo console de EAD e os novos exercícios multimídia para EAD, como palavras cruzadas e vídeo SCORM, que agregaram maior qualidade a esta ferramenta de aprendizado.	

Ampliar canais de acesso e informações e serviços

Ação	Realizado
Teste de Internet nas Zonas Eleitorais	100%
Sistema de áudio visual para o Pleno TRE	100%



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Elaborar treinamentos de informática

Ação	Realizado
Elaborar treinamento no Oracle Discoverer Plus	37%
Justificativa: O projeto teve uma fase de testes da ferramenta Oracle Discoverer Plus, que apresentou grandes deficiências. Tendo em vista a proximidade das eleições, não havia disponibilidade de pessoal para concluir o projeto, mediante o estudo de outras ferramentas ou de soluções para as fragilidades encontradas na ferramenta da Oracle. Assim, o projeto foi suspenso.	

Melhorar a infra-estrutura de rede

Ação	Realizado
Contratação de nova link de fibra ótica – ampliação da capacidade de comunicação entre o prédio-sede e o prédio anexo, com significativo aumento do desempenho da rede.	100%
Aquisição de um Core Switch – equipamento central da rede que confere mais desempenho e tolerância a falhas. Equipamento com custo superior a R\$120.000,00	100%
Aquisição de nova UPS de 20KVA – equipamento de fornecimento de energia ininterrupta (no-break) de grande capacidade e gerenciável, permitindo o aumento da autonomia dos servidores do TRE em caso de falta de energia.	100%
Contratação de análise de inconformidade do DataCenter – consultoria contratada para verificar quais modificações deveriam ser feitas no CPD do 6º andar. A partir desta consultoria derivou um projeto que está sendo tocado em 2009 com reformulação total do CPD e sua passagem para o 1º andar do TRE.	100%
Troca dos Hubs por switches do prédio anexo I – substituição de equipamentos antigos de rede por mais modernos, aumentando em muito a velocidade de conexão disponível para os computadores do prédio anexo I.	100%

Melhorar a infra-estrutura para aplicações

Ação	Realizado
Aquisição de uma nova Storage – equipamento de armazenamento de dados de grande capacidade, robustez e desempenho, essencial para a melhoria do sistema de correio eletrônico e para uma reestruturação do modelo de organização dos servidores centrais do TRE.	100%
Aquisição de novos servidores – foram adquiridos 5 computadores servidores de rede, com grande capacidade, permitindo a substituição de equipamentos que haviam saído da garantia, com aumento significativo de capacidade de processamento de dados total do TRE-RS.	100%
Adquirir novas impressoras para o TRE e para os Cartórios	100%

Organizar informações existentes

Ação	Realizado
Criação do banco de dados das eleições 90, 92 e 94	30%
Justificativa: A taxa de realização deste projeto diminuiu em função de dificuldades técnicas não previstas, e em razão de realocação dos servidores para atendimento às solicitações de informações e pedidos de estatísticas com tempo de resposta (prazo) a observar, além do atendimento de ocorrências do serviço “Fale com o TRE” iniciado em 2008, cuja demanda foi superior à inicialmente estimada.	

Propiciar a publicação de informações existentes

Ação	Realizado
Adaptação da página da Internet do TRE aos padrões de acessibilidade	80%
Justificativa: Para a conclusão da adaptação houve necessidade de capacitação técnica dos funcionários. Isto só ocorreu após o final do exercício.	

EAD

Ação	Realizado
Capacitação dos servidores em cursos na área pedagógica e de sistemas	Contínuo



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Difusão do uso da ferramenta de EAD, envolvendo todos do TRE	Contínuo
Montagem de EAD para formação de tutores	Não Realizado
Justificativa: A montagem deste curso foi adiada, tendo em vista a postergação do prazo de entrega do material pelos conteudistas, resultando em falta de tempo hábil para a montagem e disponibilização do treinamento no ano de 2008. O cronograma foi ajustado para a realização do curso em 2009, conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento, responsável pelo calendário de cursos a distância.	
Montagem e disponibilização de EAD “Planejamento Estratégico”	100%
Montagem e disponibilização de EAD “Noções STI – Eleições 2008”	100%
Adaptação e disponibilização do EAD TSE “Registro de Candidaturas”	100%
Adaptação e disponibilização do EAD TSE “Horário Eleitoral”	100%
Montagem e disponibilização de EAD “Prestação de Contas Eleitorais”	100%
Adaptação e disponibilização do EAD TSE “Sistemas Eleitorais”	100%
Adaptação e disponibilização do EAD TSE “Treinamento de Mesários”	100%
Montagem e disponibilização de EAD “Administração Pública – Módulo I”	100%



2.1.3.1. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas;

2.1.3.2. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso;

2.1.3.3. Responsáveis pela implementação das medidas.

I - Concurso Público

Mediante seleção em procedimento licitatório foi contratada a Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública de Muriaé Ltda, (Contrato nº 52/2008) visando à realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos vagos neste Tribunal. Diante da comprovação de inúmeras irregularidades na prestação das provas que comprometeram a igualdade na disputa entre os candidatos, tais como, utilização de celulares nas salas das provas; troca das provas entre os cargos; atrasos na realização do concurso; não identificação de candidatos; violação dos lacres; falta de questões em cadernos de provas; tratamento indevido aos deficientes e inúmeros erros de redação na elaboração das questões, o Pleno deste TRE, em decisão unânime, proferida no dia 29 de dezembro de 2008, anulou todas as provas do concurso público.

Por inexecução total do objeto, foi determinada a rescisão do contrato na sessão plenária do dia 26.3.2009. A Corte entendeu pela carência de estrutura e planejamento da referida empresa, pela sua incapacidade de cumprir as exigências contratuais, pela perda de credibilidade da empresa junto aos concursados, pela ocorrência de lesão à imagem do TRE/RS perante à sociedade, pela afronta aos princípios constitucionais da Administração e às finalidades do processo seletivo de cargos públicos.

Foram impostas as seguintes consequências legais e contratuais: devolução aos candidatos dos valores pagos por ocasião da efetivação da inscrição, com os custos operacionais de tal medida suportados pela contratada; devolução, pela contratada, dos valores pagos, em atenção ao cronograma de desembolso, GRU recolhida no dia 08/07/2009, conforme documento SIAFI 2009RA031630; aplicação de pena de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, fixada em R\$ 69.956,00, recolhida pela empresa no dia 08/07/2009, conforme documento SIAFI 2009RA031629; suspensão temporária, imposta à contratada, de participar de licitação promovida pelo TRE/RS, bem como impossibilidade de com ele contratar pelo prazo de 02 anos; e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

A receita para realização do concurso, no montante de R\$ 2.913.393,60 foi arrecadada no exercício de 2008, sendo o valor de R\$ 69.956,00 utilizado para pagamento à empresa Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública de Muriaé Ltda encarregada da realização do concurso. Deste total arrecadado, foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.730.044,00 do valor limite consignado no orçamento do ano de 2008 de R\$ 2.800.000,00.

Em cumprimento às determinações e, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, este Tribunal já está procedendo à restituição aos candidatos dos valores pagos referentes a inscrição no concurso público, e o Banco do Brasil está creditando os valores referidos nas contas dos candidatos sem a cobrança de tarifas bancárias.

O Pleno e a Presidência do Tribunal foram os responsáveis pela determinação das medidas implementadas.



2.1.5. Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e registradas no SIGPLAN, quando aplicável, e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas (descritas no item 2.1);

2.1.6. Metas físicas e financeiras realizadas (descritas no item 2.1);

2.2. Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exame nas contas;

2.2.1. Descrição e tipo de indicador;

2.2.2. Fórmula de cálculo e método de medição;

2.2.3. Responsável pelo cálculo/medição;

2.2.4. Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso.

I - Indicador de Execução Orçamentária - É o produto do total da despesa realizada em relação ao que foi autorizado. Tal índice é fundamental no planejamento das ações do Órgão, pois ao verificar mensalmente a disponibilidade orçamentária, o ordenador de despesa tem condições de autorizar ou não a instauração de procedimentos licitatórios, a realização das demais despesas a serem contratadas no exercício e, ainda, implementar medidas, quando for o caso, com vistas ao saneamento de eventuais disfunções que possam inviabilizar o cumprimento dos objetivos e metas do ano corrente.

Despesa realizada	X 100 =	R\$ 168.915.403,39	X 100 =	98,73%
Despesa autorizada		R\$ 171.080.419,00		

O índice de 98,73% demonstra que o TRE executou praticamente a integralidade da dotação consignada na lei orçamentária anual, em conformidade com o planejamento deste Tribunal. Constata-se equivalente execução em relação ao exercício de 2007 (98,73%).

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

II - Indicador de Inscrição de Restos a Pagar - Tem por objetivo medir os valores empenhados e não liquidados no ano. Após análise acurada dos processos, inscreve-se apenas os valores que não tiveram tempo hábil para seguir o processo normal de aplicação no exercício. A administração necessita saber o quanto foi inscrito em Restos a Pagar para avaliar o seu planejamento, e, se for o caso, realizar o respectivo realinhamento.

Restos a pagar inscritos	X 100 =	R\$ 5.372.112,81	X 100 =	3,18%
Despesa realizada		R\$ 168.915.403,39		

O índice de 3,18% demonstra que o TRE liquidou 96,82% dos valores empenhados dentro do ano de 2008.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

III - Indicador de Restos a Pagar Inscritos e Pagos - Busca aferir o percentual de pagamento dos Restos a Pagar inscritos no ano anterior. Este indicador demonstra se todos os recursos inscritos foram ou não efetivamente empregados, conforme planejado no exercício passado.

Saldo de restos a pagar pagos	X	100	=	R\$	1.349.100,26	X	100	=	96,65%
Saldo de restos a pagar inscritos				R\$	1.395.905,34				

O índice de 96,65% comprova que este Órgão inscreveu em Restos a Pagar apenas o que não foi possível liquidar no final do exercício de 2007.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

IV - Indicador de Pessoal e Encargos Sociais - Informa o percentual das despesas diretas com pessoal e encargos sociais em relação ao total gasto no exercício.

Pessoal e Encargos Sociais	X	100	=	R\$	143.873.170,27	X	100	=	85,17%
Despesa realizada				R\$	168.915.403,39				

O índice evidencia que 85,17% do orçamento executado foi gasto com Pessoal e Encargos Sociais.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

V - Indicador de Outras Despesas Correntes - Informa o percentual das despesas diretas com outras despesas correntes em relação ao total gasto no exercício.

Outras Despesas Correntes	X	100	=	R\$	23.309.355,21	X	100	=	13,80%
Despesa realizada				R\$	168.915.403,39				

O índice prova que 13,80% do orçamento executado foi gasto com Outras Despesas Correntes.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

VI - Indicador de Investimentos - Informa o percentual das despesas diretas com investimentos em relação ao total gasto no exercício.

Investimentos	X	100	=	R\$	1.539.585,91	X	100	=	0,91%
Despesa realizada				R\$	168.915.403,39				

O índice revela que 0,91% do orçamento executado foi gasto com Investimentos.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

VII - Indicador de Prévio Empenho - Mede a relação entre a despesa realizada com prévio empenho e a despesa total.

Despesa realizada com prévio empenho	X 100 = R\$	<u>168.915.403,39</u>	X 100 = 100,00%
Despesa realizada		R\$ 168.915.403,39	

O índice demonstra que 100% das despesas foram empenhadas previamente, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº 4.320/64.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

VIII - Indicador de Pagamentos - Mede a quantidade de pagamentos realizados dentro do prazo de vencimento em relação ao total de pagamentos efetuados.

Pagamentos realizados dentro do prazo	X 100 =	<u>4.131</u>	X 100 = 99,78%
Total de pagamentos		4.140	

O índice aponta que 99,78% dos pagamentos foram realizados no prazo de vencimento.

Responsável: Coordenadoria Contábil Financeira

IX - Indicador de Lei de Responsabilidade Fiscal - Afere o índice de despesas com pessoal tendo como parâmetro o limite imposto na Lei de Responsabilidade Fiscal

Total da despesa com pessoal	X 100 = R\$	<u>110.158.000,00</u>	X 100 = 57,48%
Valor limite máximo com Pessoal		191.649.000,00	

A despesa com pessoal e encargos sociais representa apenas 57,48% do limite legal fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Responsável: Coordenadoria de Orçamento

X - Indicador Custo Eleições - Pleitos Municipais 2008

Total Eleitores Aptos – Eleições 2008 7.910.768

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	<u>11.181.153,60</u>	=	R\$ 1,41
Número de Eleitores aptos		7.910.768		

(Custo: R\$ 1,41 por Eleitor)

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	<u>11.181.153,60</u>	=	R\$ 447.246,14
Número de Partidos Políticos		25		

(Custo: R\$ 447.246,14 por Partido Político)

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	<u>11.181.153,60.</u>	=	R\$ 64.630,95
---	-------	-----------------------	---	---------------



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Número de Zonas Eleitorais		173		
(Custo: R\$ 64.630,95 por Zona Eleitoral)				
Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	11.181.153,60	=	R\$ 2.201,88
Número de Representantes Políticos		5.078		
(Custo: R\$ 2.201,88 por Representante Político)				

XI – Indicador do número de eleitores por Juiz Eleitoral, Servidores efetivos e Servidores não efetivos.

Total de Eleitores aptos	=	7.910.768	=	45.727
Número de Juizes Eleitorais		173		
(Proporção: 45.727 eleitores por Juiz Eleitoral)				

Total de Eleitores aptos	=	7.910.768	=	7.258
Número de Servidores efetivos e não efetivos		1.090		
(Proporção: 7.258 eleitores por Servidor)				

XII – Indicador do número de Juizes Eleitorais, Servidores efetivos e Servidores não efetivos por Partidos Políticos.

Número de Juizes Eleitorais	=	173	=	6,9
Total de Partidos Políticos		25		
(Proporção: 6,9 Juizes Eleitorais por Partido Político)				

Número de Servidores efetivos e não efetivos	=	1.090	=	43,6
Total de Partidos Políticos		25		
(Proporção: 43,6 Servidores por Partido Político)				

XIII – Indicador do número de Juizes Eleitorais, Servidores efetivos e Servidores não efetivos por Zonas Eleitorais.

Número de Juizes Eleitorais	=	173	=	1,0
Total de Zonas Eleitorais		173		
(Proporção: 1,0 Juiz Eleitoral por Zona Eleitoral)				

Número de Servidores efetivos e não efetivos lotados nas ZEs	=	691	=	4,0
Total de Zonas Eleitorais		173		
(Proporção: 4,0 Servidores Efetivos lotados nas Zonas Eleitorais por Zona Eleitoral)				

XIV – Indicador do número de Representantes Políticos por Juiz Eleitoral, Servidores efetivos e Servidores não efetivos.

Vereadores Eleitos – Eleições 2008	4.582
Prefeitos Eleitos – Eleições 2008	496



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Total de Representantes Políticos	=	5.078	=	29,3
Número de Juizes Eleitorais		173		

(Proporção: 29,3 Representantes Políticos por Juiz Eleitoral)

Total de Representantes Políticos	=	5.078	=	4,7
Número de Servidores efetivos e não efetivos		1.090		

(Proporção: 4,7 Representantes Políticos por Servidor)

2.2.4.1. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados;

Vide página 48.

2.2.4.2. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsáveis pela implementação das medidas.

Vide página 48.



3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Quadro II.A.1.

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4 - Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme Quadro II.A.2.

no de In sc riç ão	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	insc ritos	an cel .	ago s	P a g a r	insc ritos	an cel. el.	ago s	P a g a r
009	8.750,15				372.112,81			
008	25.082,36		25.082,36	,00	395.905,34	6.805,08	349.100,26	,00
007	6.179,56		6.179,56	,00	863.387,84	39.988,13	623.399,71	,00
006	24.008,50		24.008,50	,00	329.246,72	49.744,66	279.502,06	,00
OTAL	44.020,57		45.270,42	,00	1.960.652,71	36.537,87	1.052.002,03	,00

- Não houve permanência de Restos a Pagar Processados e Não-Processados em mais de um exercício financeiro.

5 - Informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme Quadro II.A.3, além de outras informações que julgar necessárias.

Não houve transferências ou recebimento de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

6 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.

Não houve patrocínio de entidades fechadas de previdência complementar.

7 - Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período



em exame, contendo as informações abaixo, além de outras informações que se fizerem necessárias, conforme modelo do Quadro II.A.4.

Não houve projetos ou programas financiados com recursos externos.

8 - Informações sobre renúncia tributária, conforme o modelo dos Quadros II.A.5 a II.A.11.

Não se aplica ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

9 - Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contra partida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e a Seguridade Social, conforme modelo no Quadro II.A.12.

Não se aplica ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

10 - Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos.

Não se aplica ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

11 - Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no período a que se refere o Relatório de Gestão, considerando o exercício de referência do Relatório de Gestão e os dois exercícios anteriores.

2006	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	60.645,27
COMISSOES E CORRETAGENS	2.550,00
TOTAL	63.195,27
2007	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	45.275,57
COMISSOES E CORRETAGENS	1.369,97
TOTAL	46.645,54
2008	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	64.505,74
COMISSOES E CORRETAGENS	1.181,19
TOTAL	65.686,93

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul não utiliza CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal.

12 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo.

- 1. Número do relatório;**
- 2. Descrição da recomendação;**
- 3. Providências adotadas.**

Durante o exercício de 2008, todos os apontamentos sobre a legalidade e legitimidade dos atos de gestão efetuados pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria foram atendidos pelas Unidades que compõem o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Os gestores informaram o cumprimento e a forma de implementação das medidas sugeridas pelo órgão de controle interno, garantindo-se a conformidade dos procedimentos auditados e a ausência de prejuízo ao erário.



13 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão;**
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação;**
- 3. Providências adotadas.**

13.1. Número da Decisão ou Acórdão

Acórdão n. 910/2008 – 1ª Câmara, Sessão de 25/03/2008;

13.1.2. Descrição

Ofício n. 1096/2008 SEFIP/TCU, de 28/03/2008, encaminhado para providências pertinentes, no que diz respeito ao julgamento que considerou ilegal o Ato de Aposentação, determinando: (a) intimação da servidora Maria Julita Bohrer Pitrez, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação constante no referido julgado; e (b) cessação dos pagamentos decorrentes do Ato de Aposentação julgado ilegal pela Corte de Contas. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul foi informado da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas.

13.1.3. Providências adotadas

A unidade de pessoal intimou a servidora Maria Julita Bohrer Pitrez do inteiro teor do Acórdão, no prazo determinado pelo TCU, alertando-a de que os efeitos suspensivos de eventual interposição de recurso não a eximiriam da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação. A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul interpôs perante a Corte de Contas da União, pedido de reexame com efeito suspensivo, em 22 de abril de 2008, com base no art. 286 do Regimento Interno do TCU. A última movimentação do referido recurso – Proc. TCU n. 04407/2006-0 – informa que o processo se encontra no gabinete do Procurador-Geral da Corte de Contas, Ministro Júlio Marcelo de Oliveira, com proposta de mérito em exame pela assessoria, desde 22/07/2009. Ao TCU foi encaminhado o Ofício SCI-TRE-RS n. 08/2008, esclarecendo as providências adotadas.

13.2.1. Número da Decisão ou Acórdão

Acórdão n. 1798/2008 – 2ª Câmara, Sessão Extraordinária de 24/06/2008.

13.2.2. Descrição

Ofício n. 674/2008 TCU/SECEX-RS, de 03/07/2008, para conhecimento e cumprimento das determinações contidas no acórdão que reconheceu representação para, no mérito, julgar pela improcedência e determinar o arquivamento e recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul o estudo da conveniência do procedimento licitatório para a contratação de agente de integração com objetivo de contratação de estagiários, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário e garantir o princípio constitucional da isonomia.



13.2.3. Providências adotadas

Os gestores tomaram ciência do referido julgado em 15 de julho de 2008. Em 30 de abril de 2008, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, conforme expediente administrativo TRE n. 3615/2008, promoveu procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico para contratar instituição intermediadora para implementação de estágio curricular, o qual resultou inexitoso em razão da ausência de vencedor para o certame. Face à urgência da necessidade de contratação, em virtude da proximidade das Eleições, a contratação em questão foi efetivada mediante dispensa de licitação, com fulcro nos arts. 24, V, e 26, ambos da Lei n. 8666/93.

13.3.1. Número da Decisão ou do Acórdão

Acórdão 3146/2008 – 1ª Câmara, Sessão de 23/09/2008.

13.3.2. Descrição

Ofício n. 2395/2008 TCU/Sefip, de 02/10/2008, para providências pertinentes ao julgamento que considerou ilegal o Ato de Aposentação, determinando: (a) cessação dos pagamentos decorrentes do Ato de Aposentação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação constante no referido julgado; e (b) intimação do servidor Carlos Alberto dos Santos Soares. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul foi informado da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas.

13.3.3. Providências Adotadas

A unidade de pessoal intimou o servidor Carlos Alberto dos Santos Soares do inteiro teor do Acórdão, no prazo determinado pelo TCU, alertando-o de que os efeitos suspensivos de eventual interposição de recurso não o eximiriam da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul tomou as providências necessárias para sustar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e emitiu novo ato de aposentação, livre das irregularidades apontadas. Ao Tribunal de Contas da União foi encaminhado o Ofício SCI –TRE/RS n. 71/2008, esclarecendo as providências adotadas.

13.4.1. Número da Decisão ou Acórdão

Acórdão 4851/2008 – 1ª Câmara, Sessão de 25/11/2008.

13.4.2. Descrição

Ofício 1549/2008 TCU/SECEX-RS, de 04/12/2008, para conhecimento e adoção das medidas previstas no julgado, o qual determinou ao Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul o acompanhamento das Ações Ordinárias e Recursos Interpostos, perante a Justiça Federal e Tribunal Regional do Rio Grande do Sul, em decorrência dos Acórdãos 505/2005 – 1ª Câmara e 2242/2005 – Plenário, TC 005.845/2003-3, no sentido da devolução dos valores indevidamente percebidos relativos ao período de 6 de janeiro de



2004 e 31 de janeiro de 2005, em decorrência da percepção cumulativa de vantagem pessoal nominalmente identificada com o valor integral de Função Comissionada ou Cargo em Comissão.

13.4.3. Providências Adotadas

Durante o exercício de 2008, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul acompanhou o andamento das referidas ações ordinárias e respectivos recursos interpostos, cumprindo informar as ações e respectivos andamentos:

- **Ação Ordinária n. 20057100020549-9:** a matéria encontra-se sujeita à reexame obrigatório, e o processo foi distribuído no TRF - 4ª Região em 02/06/2009, sendo remetido ao gabinete da desembargadora responsável em 03/06/2009, última movimentação disponível. A sentença de primeiro grau julgou procedente, em parte, o pedido, determinando à União a devolução dos valores descontados e admitindo a possibilidade da cumulação da VPNI com a função gratificada.

- **Ação Ordinária n. 20057100042101-9:** foi proferido acórdão pelo TRF - 4ª Região, em 14 de janeiro de 2009, o qual julgou, por unanimidade, improcedente a apelação interposta por Janete Costa Pilatti e outros. O acórdão foi publicado em 14/01/2009. Em 20/01/2009 a servidora interpôs embargos de declaração, acolhidos em parte, conforme acórdão publicado em 29/04/2009. A turma, suprindo omissão do acórdão embargado, decidiu que não é necessária a devolução dos valores já percebidos pelos servidores. Posteriormente, a União interpôs novos embargos de declaração, julgados improcedentes em 24/06/2009. Em 20/05/2009 a servidora ingressou com recurso especial, cujo juízo de admissibilidade ainda se encontra em julgamento.

- **Ação Ordinária n. 20057100043319-8:** considerando a apelação da União julgada procedente em 03/12/2007, os servidores ingressaram concomitantemente com recurso especial e extraordinário, em 14/12/2007. Ambos os recursos foram inadmitidos no TRF – 4ª Região em 19/06/2009. A última movimentação informa que em 01/07/2009 os servidores ingressaram com dois agravos de instrumento das decisões denegatórias de recursos especial e extraordinário, os quais se encontram em julgamento.

13.5.1 Número da Decisão ou Acórdão

Acórdão n. 3697/2009 – 1ª Câmara, Sessão de 17/07/2009;

13.5.2. Descrição

Processo TC n. 018.637/2008-9, Tomada de Contas TRE - RS Exercício 2007: determinação ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que informe ao Tribunal de Contas da União, em quadro específico, o total de servidores requisitados, não efetivos, o tempo total de exercício no TRE/RS e o fundamento legal para cada uma das requisições.

13.5.3. Providências adotadas

No curso do atual exercício, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, remeteu ao Tribunal de Contas da União quadro específico informando sobre o total dos servidores requisitados, não efetivos, o tempo total de exercício neste órgão e fundamento legal das requisições, em cumprimento aos Ofícios TCU/SECEX – RS n.188/2009, de 06/03/2009, n. 445/2009, de 20/03/2009, e n. 738/2009, de 04/06/2009, respectivamente. Por meio do Ofício



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

P n. 130/2009, de 30/06/2009, o TRE-RS encaminhou ao Tribunal de Contas da União tabela esclarecendo acerca dos servidores requisitados à justiça eleitoral, da seguinte forma: nome do servidor; unidade de lotação atual; número de dias na unidade atual de lotação; unidade de lotação anterior; número de dias na unidade de lotação anterior; órgão de origem; atendimento ao disposto nos art. 2º da Lei 6.999/82, Enunciado CNJ n. 1 e Súmula Vinculante STF n. 13, respectivamente.

14 - Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

Durante o exercício de 2008 foram informados e encaminhados ao órgão de controle interno, mediante expedientes administrativos próprios e Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão, todos os atos de admissão, desligamento e de concessão de aposentadorias e pensões, nos termos da IN TCU n. 55/2007, conforme quadro a seguir, atualizado até o momento:

- Aposentadorias Concedidas em 2008:

SERVIDOR	STATUS TCU	BENEFICIÁRIO	PROCESSO
CERES PERETTO ARNOSO	Julgado	-	311/2008
CICERO SILVA REIS	Autuado	-	6596/2008

- Novo ato emitido, em virtude de ato inicial de aposentadoria ter sido julgado ilegal TCU:

SERVIDOR	STATUS TCU	BENEFICIÁRIO	PROCESSO
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS SOARES	Autuado	-	6612/2004

- Desligamentos em 2008:

SERVIDOR	STATUS TCU	BENEFICIÁRIO	PROCESSO
ANA MERCEDES MONDADORI BANDEIRA	Em Andamento no TCU	-	22250/2008
CRISTIANE MARTINS	Em Andamento no TCU	-	21389/2008
ALESSANDRA ALMEIDA DE OLIVEIRA	Em Andamento no TCU	-	40624/2008
ALEXANDRE QUEVEDO RIBEIRO	Em Andamento no TCU	-	621/2008
PEDRO ALEXANDRE KUHN	Em Andamento no TCU	-	17127/2008
LUIZ SÁVIO VIEIRA LOGUERCIO	Em Andamento no TCU	-	39290/2008

- Pensões Concedidas:

INSTITUIDOR	STATUS TCU	BENEFICIÁRIO	PROCESSO
ALOYSIO LIMA HORTA	Autuado	Maria José Ferrari Horta	40846/2008
LUIZ PAULO MAGRINELLI	Autuado	Antonio Luciano Barbosa	4364/2003
LUIZ SÁVIO VIEIRA LOGUERCIO	Autuado	André Luiz Fogaça Loguércio Rosana Fernanda	39280/2008



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

		Hochmuller Fogaça	
LILIANA BATTANOLI DE LIMA	Autuado	Vitor Hugo Astarita de Paula	49619/2008
LUIS SCARDOELLI SARATE	Autuado	Francisca Modernel Sarate	861/2009

15 - Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IV ° do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5/12/2007, conforme modelo do Quadro II.A.13.

Não houve nenhum dos casos.

16 - Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Processos de sindicância instaurados para apuração de fatos e responsabilidades relacionados ao erário:

- Processo nº 24544/2002 – Sindicância instaurada no Cartório Eleitoral da 89ª ZE, Três de Maio, para apurar o extravio de vales-alimentação não distribuídos a mesários, já relatado anteriormente na Tomada de Contas 2003. Após análise do Ministério Público Eleitoral, cópia do processo foi remetida à Procuradoria Seccional da União de Passo Fundo que ajuizou ação de ressarcimento ao erário na Vara Federal de Santa Rosa/RS. Atualmente, o feito encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal – 4ª Região. O TRE permanece aguardando o julgamento.

- Processo nº 65071/2007 – Acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do TRE/RS (Uno – placas ILA 4379), já relatado anteriormente na Tomada de Contas de 2007. Registrada ocorrência, instaurada sindicância, cuja conclusão apontou o particular como condutor responsável pelo acidente. Notificado a reparar os danos, todavia, não o fez. Acionada a seguradora e remetida cópia dos autos à Procuradoria Regional da 4ª Região para pleitear o ressarcimento da franquia no valor de R\$ 1.011,50. O TRE permanece aguardando a conclusão dos trabalhos.

- Processo nº 24377/08 – Acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do TRE/RS (Parati – placas IGQ 7092). Registrada a ocorrência de acidente de trânsito junto EPTC; instaurada sindicância, cuja conclusão apontou o particular como condutor responsável pelo acidente. Os danos materiais do veículo do TRE/RS foram integralmente reparados pela seguradora do veículo do particular causador do acidente.

- Processo nº 45709/08 – Furto de um telefone celular dado em comodato ao TRE pela empresa BRASIL TELECOM, ocorrido em local público. Registrada a ocorrência policial. Afastada a responsabilidade do servidor que portava o aparelho. Comunicado o fato à empresa de telefonia que até o momento não solicitou o seu ressarcimento.



CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Porto Alegre, 21 de agosto de 2009.

Francisco Alexandre Bertolo Kausch,
Secretário de Orçamento e Finanças
CRCRS – 42449



B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

1. Vinculadas à Justiça Eleitoral

Manifestação acerca da observância às normas legais e regulamentares, pelos partidos políticos, na aplicação dos recursos que compõem o Fundo Partidário:

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO EXERCÍCIO 2004

Partido	Fundo Partidário (R\$)	Situação Anual
PMDB *	652.234,76	Desaprovação das contas em 29/05/08.
PSDB **	209.713,58	Desaprovação das contas em 05/05/09.

* Recursos do Fundo Partidário cuja aplicação foi considerada irregular: R\$ 369.265,62, notificação ao dirigente partidário responsável para, em 60 dias, proceder ao recolhimento. Data do recebimento da notificação: 20.07.2009.

** Recursos do Fundo Partidário cuja aplicação foi considerada irregular: R\$ 7.083,32, notificação ao partido para, em 60 dias, proceder ao recolhimento. Data do recebimento da notificação: 24.06.2009.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO EXERCÍCIO 2005

Partido	Fundo Partidário (R\$)	Situação Anual
PDT	363.173,75	Concluso ao relator.
PFL *	210.300,00	Desaprovação das contas em 18/09/07.
PMDB	649.173,68	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.
PP	303.750,00	Concluso ao relator.
PSB	86.265,00	Aguardando pauta de julgamento.
PSDB	183.500,00	Concluso ao relator.
PT	661.494,50	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.
PTB	107.515,00	Concluso ao relator.

* Recursos do Fundo Partidário cuja aplicação foi considerada irregular: R\$ 51.097,15. O partido recolheu ao erário, em 10/07/2009, o montante corrigido de R\$ 59.788,78.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO EXERCÍCIO 2006

Partido	Fundo Partidário (R\$)	Situação Anual
PDT	346.000,00	Concluso ao relator.
PMDB	623.435,65	Em análise da manifestação pela unidade técnica.
PP	362.000,00	Concluso ao relator.
PPS *	5.000,00	Concluso ao relator.
PSB	211.852,64	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.
PSDB	165.000,00	Concluso ao relator.
PT	619.472,33	Concluso ao relator.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PTB **	113.875,00	Desaprovação das contas em 19/02/09.
--------	------------	--------------------------------------

* Não foi declarado pelo Diretório Regional o recebimento de R\$ 5.000,00 do fundo partidário informado pelo Diretório Nacional.

** Não houve recursos do Fundo Partidário cuja aplicação foi considerada irregular.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO
PARTIDÁRIO EXERCÍCIO 2007

Partido	Fundo Partidário (R\$)	Situação Anual
DEM	367.000,00	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.
PDT	363.100,00	Concluso ao relator.
PMDB	625.096,76	Em análise pela unidade técnica.
PP	332.000,00	Concluso ao relator.
PSB	153.425,17	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.
PSC *	16.000,00	Em análise pela unidade técnica.
PSDB	192.729,76	Em análise pela unidade técnica.
PSOL **	168.320,84	Emitido parecer conclusivo.
PT	306.110,72	Em análise pela unidade técnica.
PTB	128.790,00	Com vistas à Procuradoria Regional Eleitoral.

* O Diretório Regional do PSC informou o recebimento de R\$ 6.000,00.

** O Diretório Nacional do partido retificou de R\$ 108.040,79 para R\$ 126.628,38 o valor de cotas repassada ao Regional, no entanto, este informa no Demonstrativo de Receitas e Despesas o valor de R\$ 200.446,15 de cotas recebidas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO
PARTIDÁRIO EXERCÍCIO 2008

Partido	Fundo Partidário (R\$)	Situação Anual
DEM	368.000,00	Em análise pela unidade técnica.
PDT	431.196,00	Em diligência.
PMDB	295.537,42	Em análise pela unidade técnica.
PP	26.000,00	Em análise pela unidade técnica.
PPS *	50.000,00	Em análise pela unidade técnica.
PSB	166.412,04	Em análise pela unidade técnica.
PSC **	20.000,00	Em análise pela unidade técnica.
PSDB	169.690,65	Em análise pela unidade técnica.
PSOL ***	220.785,39	Em análise pela unidade técnica.
PT	397.242,68	Em diligência.
PTB	5.490,00	Em análise pela unidade técnica.

* Informação do Diretório Regional do PPS.

** O Diretório Regional do PSC informou o recebimento de R\$ 10.000,00.

*** Informação do Diretório Regional do PSOL.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

PARTIDOS POLÍTICOS/ RESPONSÁVEIS QUE RECEBERAM FUNDO PARTIDÁRIO EM 2008

Partido	Órgão	Início	Fim	Extinção	Membro
Dem Democratas	Diretório	23/11/07	23/11/10	11/07/08	Onyx Dornelles Lorenzoni
		23/11/07	23/11/10	11/07/08	Marco Antônio Lang
		11/07/08	23/11/10		Marco Antônio Lang
		23/11/07	23/11/10		José Francisco Ferreira da Luz
PDT Partido Democrático Trabalhista	Diretório	11/12/05	15/05/08	29/04/08	Matheus José Schmidt Filho
		11/12/05	15/05/08	29/04/08	Adroaldo M. Loureiro
		11/12/05	15/05/08	29/04/08	Ney Ortiz Borges
		11/12/05	15/05/08	29/04/08	Nereu D'Ávila
		11/12/05	15/05/08	29/04/08	Moacir Volpatto
		29/04/08	29/04/10		Romildo Bolzan Junior
		29/04/08	29/04/10		Adroaldo Mousquer Loureiro
		29/04/08	29/04/10		Flávio Luiz Lammel
		29/04/08	29/04/10		Antonio Gilson de Brum
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Diretório	17/12/06	17/12/09		Pedro Jorge Simon
		17/12/06	17/12/09		Gabriel Vieira de Souza
		17/12/06	17/12/09		Márcio Della Valle Biolchi
		17/12/06	17/12/09		Rodolfo Rospide Neto
		17/12/06	17/12/09		André de Oliveira Carús
PSB Partido Socialista Brasileiro	Diretório	03/05/08	03/05/10	30/10/08	Caleb Medeiros de Oliveira
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Luiz Roberto de Albuquerque
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Heitor José Schuch
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Mari Elisabeth Trindade Machado
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Carlos Alberto Vollmer
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Ayres Luiz Apolinário
		03/05/08	03/05/10	30/10/08	Volmir José Miki Breier
	Diretório	30/10/08	30/10/11		Caleb Medeiros de Oliveira
		30/10/08	30/10/11		Luiz Roberto de Albuquerque
		30/10/08	30/10/11		Heitor José Schuch
		30/10/08	30/10/11		Mari Elisabeth Trindade Machado
		30/10/08	30/10/11		Carlos Alberto Vollmer
		30/10/08	30/10/11		Ayres Luiz Apolinário
		30/10/08	30/10/11		Volmir José Miki Breier
	Comissão Provisória	16/03/07	16/03/08	17/03/08	Caleb Medeiros de Oliveira
		16/03/07	16/03/08	17/03/08	Luiz Roberto Albuquerque
		16/03/07	16/03/08	17/03/08	Juliano da Paz Carvalho
	Comissão Provisória	17/03/08	17/03/09	03/05/08	Caleb Medeiros de Oliveira
		17/03/08	17/03/09	03/05/08	Luiz Roberto Albuquerque
17/03/08		17/03/09	03/05/08	Juliano da Paz Carvalho	



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Partido	Órgão	Início	Fim	Extinção	Membro
PSC Partido Social Cristão	Comissão Provisória	06/11/07	Indet.		João de Deus Antunes
		06/11/07	Indet.		Jerônimo dos Santos
		06/11/07	Indet.		Gustavo Dias Gotze
		06/11/07	Indet.		Adolfo Wanovich Estevão
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira		21/10/07	21/10/09		Zillá Maria Breitenbach
		21/10/07	21/10/09		Delson Luiz Martini
		21/10/07	21/10/09		Adilson Troca
		21/10/07	21/10/09		Luiz Irineu Schenkel
PSOL Partido Socialismo e Liberdade		22/07/07	22/07/09		Carlos Roberto de Souza Robaina
		22/07/07	22/07/09		Renato Moreli Guimarães
		22/07/07	22/07/09		Etevaldo Souza Teixeira
PT Partido dos Trabalhadores		27/12/07	27/12/10		Olívio de Oliveira Dutra
		27/12/07	27/12/10		Cícero Villanil Balestro
		27/12/07	27/12/10		Cristian Ávila da Silva
PTB Partido Trabalhista Brasileiro	Diretório	20/12/08	28/04/11		Luís Augusto Barcelos Lara
		20/12/08	28/04/11		João Carlos Brum
		20/12/08	28/04/11		Jorge Antônio Dornelles Carpes
		20/12/08	28/04/11		Aloísio Talso Classmann
		20/12/08	28/04/11		Nelcir Raimundo Tessaro
		20/12/08	28/04/11		José Heitor de Souza Goularte
		20/12/08	28/04/11		Maurício Alexandre Dzedricki
		20/12/08	28/04/11		Sérgio Ivan Moraes
		20/12/08	28/04/11		Claudio Antônio Manfroi
		20/12/08	28/04/11		Paulo Leonardo Ott
		20/12/08	28/04/11		Carlos José de Carvalho Vargas
		20/12/08	28/04/11		Luiz Carlos Ghiorzzi Busato
		20/12/08	28/04/11		Elói Francisco Pedroso Guimarães
	20/12/08	28/04/11		Pedro Gabriel Kenne da Silva	
	Comissão Provisória	10/02/07	Indet.	20/12/08	Elói Francisco Pedroso Guimarães
		10/02/07	Indet.	20/12/08	Iradir Pietrosky
PP Partido Progressista	Diretório	31/05/07	31/05/10		Jerônimo Pizzolotto Goergen
		31/05/07	31/05/10		Celso Bernardi
		31/05/07	31/05/10	20/06/08	Antonio Dorneu Maciel
		20/06/08	31/05/09		Túlio Jairo Pires de Macedo
PPS Partido Popular Socialista	Diretório	04/12/05	30/06/09		Antônio Berfran Acosta Rosado
		04/12/05	30/06/09		Luciano Palma de Azevedo
		04/12/05	30/06/09		Mário Bernd Neto
		04/12/05	30/06/09		Sérgio Camps de Moraes



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

2 – Órgãos do Judiciário

Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15/12/2006:

Quadro de Pessoal TRE/RS - Mês de Referência: Dezembro 2008

Cargos em Comissão/Funções Comissionadas	Servidores Quadro	Servidores sem vínculo / requisitados / exercício provisório	Vagos	Total	Total Percentual Lei 11.416/2006
CJ-4	1	0	0	1	100%
CJ-3	7	0	0	7	100%
CJ-2	23	1	0	24	96%
CJ-1	11	0	0	11	100%
FC-6	57	0	0	57	100%
FC-5	9	0	0	9	100%
FC-4	50	0	0	50	100%
FC-3	10	0	0	10	100%
FC-2	5	0	0	5	100%
FC-1	6	0	1	7	100%
FC-1 Chefia Cartório Interior	162	1	0	163	99%
FC-4 Chefia Cartório Capital	10	0	0	10	100%



C – ESCLARECIMENTOS RELATIVOS ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 3697/2005 – TCU – 1ª CÂMARA

Relativamente às determinações/recomendações, contidas no ACÓRDÃO Nº 3697/2009 – TCU – 1ª Câmara, em que os Ministros do Tribunal de Contas da União, julgam, por unanimidade, as contas regulares com quitação plena aos responsáveis no Processo TC – 018.637/2008-9 (TOMADA DE CONTAS – Exercício: 2007), expõe-se o que segue:

Item 1.5.1.1 Foram contempladas no Relatório de Gestão as informações requeridas no item 2 – Objetivos e metas institucionais (apresentação do Plano Estratégico para o quadriênio 2008-2011 – item 2.1.2) e programáticas (apresentação detalhada da execução dos programas de trabalho registrados no SIGPLAN – item 2.1), conforme Decisão Normativa n. 93/2008. As metas físicas e financeiras foram incluídas permitindo melhor análise da execução orçamentária e financeira. Foram apresentados novos indicadores no item 2.2 (Custo Eleições 2008; Número de eleitores por Juiz Eleitoral, Servidores efetivos e não efetivos; Número de Juízes Eleitorais, Servidores efetivos e não efetivos por Partidos Políticos; Número de Juízes Eleitorais, Servidores Efetivos e não efetivos por Zonas Eleitorais e Número de Representantes Políticos por Juiz Eleitoral, Servidores efetivos e não efetivos), permitindo análise mais acurada dos resultados alcançados no exercício.

Item 1.5.1.2 Em relação à determinação de aprimorar controles internos, adequando as instalações com sistemas de vigilância e anti-furto, informo que todos os cartórios eleitorais estão instalados em imóveis com sistema de alarme contra roubos, com exceção dos casos em que há vigilância armada terceirizada (limitada sua contratação à disponibilidade de recursos financeiros) ou vigilância disponibilizada sem custos ao TRE/RS (como é o caso de alguns cartórios instalados em Fórum). No ano de 2007, o índice de adequação dos imóveis nesse item foi de 83%, aumentando para 91% de adequação em 2008, para um total de 162 imóveis ocupados no Estado.

Item 1.5.1.3 A informação, em quadro específico, do total de servidores requisitados, não efetivos, tempo total de exercício no TRE/RS e o fundamento legal para as requisições, em cumprimento aos Ofícios TCU/SECEX – RS n.188/2009, de 06/03/2009, n. 445/2009, de 20/03/2009, e n. 738/2009, de 04/06/2009, foi respondida por meio do Ofício P n. 130/2009, de 30/06/2009 (item 13.5.3 – Providências Adotadas – Relatório de Gestão).

Item 1.5.2 Quanto à recomendação de verificação sobre a possibilidade de diminuir as despesas com locação de imóveis, informo que a política imobiliária adotada pela Administração do TRE/RS de instalar os 173 cartórios eleitorais em imóveis locados, salvo poucos casos excepcionais, além de adequar-se às limitações orçamentárias para aquisição de imóveis, tem apresentado significativos resultados de redução das despesas. Isso porque não há desembolso com reformas estruturais nos imóveis, pinturas externas, manutenção de telhados e fachadas, execução de benfeitorias, além das demais despesas de responsabilidade do locador.

Verifica-se, também, a redução de desembolso nos casos de convênios com as Prefeituras Municipais para pagamento de 50% das despesas de aluguel.

Observa-se, ainda em 2008, o índice de 41% dos imóveis destinados aos cartórios eleitorais compartilhavam espaços em prédios da Justiça Estadual (Foruns).



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2008

Outro fator importante a considerar é o critério da Administração para aprovação de novas locações: são criteriosamente avaliadas as necessidades dos cartórios e padrões previamente definidos para o valor máximo do aluguel, baseados em parâmetros variáveis em função do tamanho da zona eleitoral (número de seções), dos valores médios de aluguel praticados pelo mercado, entre outros. Em cada momento de avaliação do reajuste do aluguel os valores de mercado são novamente avaliados. O resultado é que no final do ano de 2008 a média ponderada dos índices pagos pelo TRE/RS foi de R\$ 7,59 por metro quadrado de aluguel. Esse índice, se comparado ao índice histórico econômico de 1% do valor venal do imóvel para rendimento das locações e correspondente a R\$ 12,35 em novembro/08 (conforme Panorama do Mercado Imobiliário 2008 do SECOVI/RS, fl. 11), demonstra a eficácia do procedimento, já que a média praticada pelo TRE/RS é de 61% do referido índice histórico de remuneração do capital investido.

É o relatório de gestão referente à Tomada de Contas Anual – 2008 deste Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Em 21 de agosto de 2009.

Francisco Alexandre Bertolo
Kausch,
Secretário de Orçamento e
Finanças.

Antonio Augusto Portinho da
Cunha,
Diretor-Geral.